

**FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO
FACULDADE DE ECONOMIA**

**POLÍTICAS ECONÔMICAS NEOLIBERAIS DOS ANOS 90 QUE
DESEMBOCARAM NA CRISE DE 2001 NA ARGENTINA**
FABIANA YEZEGUIELIAN SAPADJIAN

Monografia de Conclusão do Curso
apresentada à Faculdade de Economia
para obtenção do título de graduação
em *Ciências Econômicas*, sob a
orientação do Prof. Dr. Álvaro Roberto
Labrada Bado

São Paulo, 2008

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer em primeiro lugar o apoio dos meus pais que tornaram possível a oportunidade de conclusão desse curso de graduação, sem os quais jamais teria conseguido concretizar o mesmo. Sou muito grata à minha irmã Paula e meu irmão Marcos que me incentivaram em todos os momentos que necessitei. Sem esquecer dos outros familiares que acompanharam em todos esses anos minhas conquistas, minhas aflições e medos, me encorajando a sempre seguir adiante.

Não poderia esquecer de agradecer meus amigos, colegas e todos os professores que me ajudaram de alguma maneira. Em especial, gostaria de dar meus sinceros agradecimentos ao professor e orientador Álvaro Bado que com sua paciência, preocupação e interesse me ajudou ao longo desses meses na realização desta monografia.

Resumo:

Esta monografia analisa a implementação das políticas neoliberais adotadas na década de 1990, explicando sua relação direta com a crise sem precedentes de 2001 na Argentina. Essas idéias foram postas em prática a pedidos do chamado Consenso de Washington, que buscava uma reestruturação das economias emergentes nesta década, propondo políticas diferenciadas das vigentes até o momento.

Além disso, será estudado o governo de Carlos Menem, onde foi implantado o Plano de Conversibilidade, tema de grande discussão devido às graves conseqüências que culminaram com a crise de 2001.

Somando-se a isso será estudada a crise em si, os seus aspectos políticos, econômicos e sociais e suas conseqüências.

Por último será analisado o papel do FMI nessa década e suas implicações positivas e negativas no país.

SUMÁRIO

Lista de Gráficos

Lista de Tabelas

INTRODUÇÃO	1
1 O NEOLIBERALISMO	3
1.1 O liberalismo clássico	3
1.2 Neoliberalismo: conceito e origem	6
1.3 Neoliberalismo: idéias e escolas de pensamento	8
1.4 Neoliberalismo: implementação	11
1.5 Neoliberalismo: críticas	13
2 A DÉCADA DE 90 E O GOVERNO MENEM	15
2.1 Transformação: assume o governo a oposição	15
2.2 O governo Menem e suas características	17
2.3 Cavallo e o Plano de Conversibilidade	20
2.4 Fim da década de 1990	22
3 A CRISE DE DEZEMBRO DE 2001	26
3.1 Assume o governo da Aliança	26
3.2 Crise de 2001: características e conseqüências	31
4 O GOVERNO ARGENTINO E O FMI	37
4.1 FMI: sua influência e críticas	37
4.2 A reestruturação no ponto de vista do FMI	40
4.3 Governo argentino: sua influência e críticas	41
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Mercado de Trabalho	24
Gráfico 2 - Inflação anual argentina: 1991 – 2006	31
Gráfico 3 - PIB Argentino: 1990-2005	34

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultados fiscais na década de 90

23

INTRODUÇÃO

Esta monografia aborda a implementação das idéias neoliberais na década de 1990 na Argentina como responsáveis pela crise sem precedentes que culminou no ano de 2001. Esse estudo abrange 4 capítulos, que serão brevemente ilustrados a seguir.

Primeiramente, o objetivo é explicitar as características do chamado modelo Neoliberal, para isso será estudado o liberalismo clássico, logo após, serão apontadas suas idéias, seus pensadores assim também como suas críticas.

A seguir, será estudada a década de 1990, como cenário de grande transformação e palco para adoção das políticas neoliberais. Neste mesmo capítulo será demonstrado o governo de Menem assim como a implementação do Plano de Conversibilidade e por fim o cenário da crise de 2001.

Esta década de 1990, marcada pela grande reestruturação econômica, representa um período de grandes mudanças não só na economia argentina, como também nas demais economias emergentes. O modelo de desenvolvimento econômico implementado a partir de então, englobava uma completa liberalização financeira e econômica, além de uma diminuição do papel do Estado na economia. Dessa maneira, ficava atribuída ao setor privado a responsabilidade pelo crescimento econômico.

Após uma década de alta inflação e estagnação do produto, o Plano de Conversibilidade introduzido em 1991 teve como principal objetivo a estabilização da economia. A adoção do *Currency Board* e de outras reformas estruturais além da criação do Mercosul, foram umas das transformações que fizeram parte desse período.

Esses câmbios foram realizados com o objetivo de estabilizar a macroeconomia, garantir o crescimento do investimento, uma maior eficácia interna e uma significativa abertura ao exterior.

Apesar disso, em áreas como o mercado de trabalho, a segurança social e o sistema tributário, as reformas implantadas não se completaram, ou não foram eficazes. Assim, a Argentina mantinha no final da década, um mercado de trabalho inflexível, um sistema tributário pouco dinâmico e que inclusive permitia a evasão fiscal.

O crescimento verificado até 1998 foi logrado através do acúmulo da dívida externa, um aumento do consumo associado a um forte avanço das importações e uma ampliação das receitas do Governo provenientes das privatizações efetuadas.

Somando-se a isso, a liberalização da balança de pagamentos permitiu o acesso ao financiamento externo, dado que as taxas de poupança eram relativamente baixas, e a entrada de grandes montantes de IDE. Por um lado, a entrada de capitais estrangeiros causava o dinamismo de diversos setores, incentivando a modernização, mas por outro prejudicava os produtos nacionais, deteriorando o mercado interno.

A combinação de uma economia fechada, com um modesto setor de exportação e a grande abertura aos mercados de capital internacional, constituiu um elemento essencial de vulnerabilidade externa.

O Plano de Conversibilidade foi visto por diversos autores como o principal responsável pela crise que começou a se esboçar em meados de 1998. Quando a economia argentina foi atingida por diversos choques externos a partir de 1997, a rigidez imposta pelo Plano não permitiu a utilização dos instrumentos macroeconômicos necessários a evitar a recessão econômica.

Dessa maneira, a apreciação do dólar a partir de 1996 e a depreciação do real em 1999, levaram à sobreavaliação do peso, agravando deste modo a competitividade dos produtos argentinos.

Apesar de não representar um sistema puro de *Currency Board*, a sustentabilidade do plano de Conversibilidade era incompatível com saldos comerciais negativos, já que necessitava de reservas internacionais para manter a paridade e o regime de câmbios fixos.

O desacelerar da atividade industrial, o aumento do desemprego, a falência de pequenas e médias empresas e a diminuição das receitas de exportação tornou mais difícil balancear as contas fiscais no final da década.

Se a economia argentina tivesse sido mais flexível, especificamente no seu mercado de trabalho, a economia poderia ter se adaptado mais facilmente às limitações impostas pelo Plano de Conversibilidade, o desemprego teria sido menor, os déficits orçamentais menores e as taxas de juros teriam sido mais baixas uma vez que os credores teriam tido mais confiança na capacidade do Governo argentino em cumprir com suas obrigações.

A recessão iniciada em 1998 foi causada por uma variedade de fatores incluindo a instabilidade política e o contágio das crises russa e brasileira que se traduziram numa severa contração do consumo e investimento. O desenrolar dessa crise econômica, assim como o abandono do Plano de Convertibilidade serão analisados no terceiro capítulo.

Finalizando o trabalho, no ultimo capítulo, será estudada a influência do FMI na crise de 2001, analisando suas idéias e também suas críticas, além do papel do Governo argentino nesta crise sem precedentes.

CAPÍTULO 1 – O NEOLIBERALISMO

Este primeiro capítulo tem como objetivo apontar as principais características das idéias neoliberais, assim como suas escolas de pensamento e inclusive suas críticas.

1.1 O liberalismo clássico

Será analisado o liberalismo clássico como forma de compreensão futura do Neoliberalismo. Para isso, serão expostas suas idéias e explicitado contra quem elas se movem: as instituições tanto reguladoras do feudalismo como das corporações de ofício e também do Estado mercantilista.

A peça fundamental do liberalismo clássico pode ser associada a Adam Smith, e a publicação de seu livro *A riqueza das nações*, em 1776. De acordo com Smith o mundo seria melhor e mais eficiente se o Estado exercesse um papel mínimo, limitado na economia. Dessa maneira permitiria uma maior mobilização e livre-iniciativa dos indivíduos no que se diz respeito às atividades econômicas e todas suas relações. Conforme as palavras do pensador, o papel do governo deveria restringir-se a três funções: a manutenção da segurança interna e externa, a garantia da propriedade e dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública.

Segundo as idéias da doutrina liberal, uma característica inata ao indivíduo é a busca incessante pelo lucro e pelos seus próprios interesses. Isso é visto de maneira positiva, uma vez que recompensam a poupança e remuneram o investimento, além de causar a inovação e o surgimento de idéias cada vez mais criativas, o que por fim incentiva a competitividade e a livre concorrência.

As virtudes organizadoras e harmonizadoras do mercado são explicadas por Smith.

“Assim é que os interesses e os sentimentos privados dos indivíduos os induzem a converter seu capital para as aplicações que, em casos ordinários, são as mais vantajosas para a sociedade [...]. Sem qualquer intervenção da lei, os interesses e os sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade.”¹

¹ SMITH, Adam. *A riqueza das nações-investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.104.

Foi a partir daí que surgiu a mais conhecida expressão criada por Smith, “a mão invisível” do mercado, que acabou por tornar-se a mais utilizada pelos economistas liberais. Este princípio era explicado da seguinte maneira:

“[...] uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e fazer com que tanto seu trabalho como seu capital concorra com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas.”²

David Ricardo em 1817 somaria um aspecto no argumento de Smith: a sociedade pensada em termos internacionais e também cita a divisão internacional do trabalho.

“Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto pelo aumento geral de volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.”³

O mercado é visto como o melhor caminho para gerar justiça, riqueza e eficiência, sendo que a liberdade econômica conduziria à harmonia internacional. Porém de acordo com esses pensadores existem obstáculos que muitas vezes impedem a implementação desses princípios, segundo Adam Smith:

“Para que o mundo seja mais livre, justo e rico, é necessário que a disciplina anônima e invisível da concorrência substitua a disciplina visível das hierarquias arcaicas.”⁴

² Ibid., p.47.

³ RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril, 1982, p.104.

⁴ MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo*. São Paulo: Editora Senac, 2001, p.17.

Segundo ele, essas hierarquias são as obrigações tradicionais e personalizadas das instituições medievais, os regulamentos das corporações de ofício e as leis do Estado mercantilista. Sendo assim, elogia a virtuosa mão invisível do mercado contra a viciosa mão invisível do poder político.

Conforme já dito anteriormente Smith criticava alguns entraves, sendo o grande alvo da crítica o mercantilismo, que é bastante citado na *A riqueza das nações*. A França e a Inglaterra são os maiores exemplos dessa prática. De acordo com ele, protecionismo e regulamentação que eram praticados pelas economias mercantilistas, impediam o crescimento da economia.

Os liberais também norteavam as suas críticas em relação às corporações de ofício e contra os privilégios dos mestres, que para eles, constituíam entraves à liberdade do indivíduo na mobilização de uma profissão para outra. Smith dizia que as reuniões de *“pessoas da mesma profissão [...] terminam em uma conspiração contra o público, ou em algum incitamento para aumentar os preços”*. E se não fosse possível evitá-las, *“nada se deve fazer para facilitá-las e muito menos para torná-las necessárias”*. (SMITH, 1983, p.139).

Outro ponto da crítica liberal eram as guildas, que representavam entraves, pelo tamanho controle em relação a preços, mercadorias, lucro etc. Smith dizia que as autoridades públicas deveriam desestimular e desregularizar as corporações.

Dessa maneira pode-se dizer que os princípios liberais eram dois segundo o autor.

“A procura do interesse próprio conduz ao ajustamento entre os indivíduos e a uma determinada harmonização dos diferentes esforços e vontades. Delineia-se a convicção na existência de “leis econômicas”: as ações intencionais das pessoas produzem de modo não intencional, regularidades semelhantes às leis de um sistema físico.”⁵

O segundo princípio, dizia respeito ao poder político e a limitação que deveria ter por meio de uma lei, para assim os indivíduos viverem da maneira como bem entenderem, defendendo assim as liberdades individuais. Somando-se a isso, os liberais também eram a favor da propriedade privada, justificando que representava a independência do indivíduo perante os políticos soberanos. Smith dizia que o papel que caberia ao Estado seria restrito, para não impedir as escolhas de cada um.

⁵ MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo*. São Paulo: Editora Senac, 2001, p.20-21.

“Segundo o sistema da liberdade natural, ao soberano cabem apenas três deveres; três deveres por certo, de grande relevância, mas simples e inteligíveis ao entendimento comum: primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade.”⁶

O pensamento liberal se aproxima bastante de correntes conservadoras no século XIX. Do mesmo modo que tenta restringir a intervenção do Estado na sociedade, também busca reduzir o número de indivíduos na intervenção sobre o Estado – daí vem o aspecto dos liberais serem críticos ao sufrágio universal e a existência do conflito entre democracia e liberalismo.

No final do século XVIII o lado conservador do liberalismo passou a ser posto em prática, por autores como Edmund Burke (1729-1797), Benjamin Constant (1767-1830), Thomas Macaulay (1800-1859) e Henri Maine (1822-1888). A preocupação desses pensadores girava em torno de evitar a grande influência que a massa popular tinha sobre a vida econômica, de maneira a subordinar os interesses do próprio Estado aos interesses dessas massas. Para isso eles propunham *limitar o acesso ao sufrágio* e *limitar o âmbito do sufrágio*.

Essas idéias conservadoras seriam somadas as de Herbert Spencer (1820-1903), sendo que em seu livro *Indivíduo contra o Estado* caracterizava o sistema de concorrência como uma espécie de “seleção natural” dos mais aptos, o que se poderia dizer um darwinismo social. Além disso, Spencer criticava bravamente a democracia, sendo que algumas de suas idéias seriam posteriormente retomadas por neoliberais.

1.2 Neoliberalismo: conceito e origem

Pode-se dizer primeiramente que o que é conhecido como neoliberalismo é uma corrente de pensamento, uma ideologia, que teve como um de seus profetas o austríaco Ludwig Von Mises (1881-1973). Porém foi com um de seus seguidores, o também austríaco Friedrich Von Hayek, que o neoliberalismo surgiu como movimento em 1944,

⁶ SMITH, Adam. *Op.cit.*, vol.2, p.147.

com a publicação de seu livro *O caminho da servidão*. Este livro é dito como de combate, direcionado “aos socialistas de todos os partidos”, e não somente ataca as veleidades reformistas, mas qualquer forma de pretensão de criar uma “terceira via” entre capitalismo e comunismo.

O neoliberalismo foi utilizado em duas épocas, com dois significados distintos, porém semelhantes. Na primeira metade do século XX significou a doutrina proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista. Após a década de 1970, passou a defender a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, limitando o papel do Estado apenas aos setores imprescindíveis da economia. Porém a utilização da expressão “*neo*” não se refere às novas idéias, ou a uma nova corrente do Liberalismo, mas sim à aplicação de alguns dos preceitos liberais em um contexto histórico, diferente daquele no qual foram formulados.

O liberalismo clássico havia centrado sua crítica contra o mercantilismo e as corporações, sendo elas representadas por sindicatos, que de acordo com eles geravam despesas que não tinham perspectiva de retorno. Os neoliberais desde o princípio mostraram seu papel na continuação do anti-absolutismo, criticando-o da mesma maneira que os liberais. Sendo assim, eram inimigos do Estado do bem-estar social, da intervenção Estatal na economia, tudo isso ligado ao *keynesianismo*.

Nos países latino-americanos, os neoliberais lutam contra ideologias nacionalistas, populistas, comunistas e contra o Estado desenvolvimentista, incentivando a luta contra os sindicatos e uma política antiinflacionária monetarista.

O século XIX foi dominado pelos ingleses. Este foi um século marcado por guerras e revoluções, além de crises de superprodução e crises financeiras. Muitos países como Estados Unidos, Alemanha e Japão adotavam medidas intervencionistas, protecionistas para fomentar a atividade econômica. Em 1929, com a monumental crise da bolsa Nova York, essas idéias foram ainda mais incentivadas. O liberalismo clássico apresentava sua queda. Dessa maneira, o cenário favoreceu o aparecimento de John Maynard Keynes e de sua *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, que foi publicado em 1936. Segundo a doutrina *keynesiana*.

“O Estado deveria manejar grandezas macroeconômicas sobre as quais era possível acumular conhecimento e controle prático. O poder público, desse modo, regularia as oscilações de emprego e investimento, moderando as crises econômicas e sociais. O New Deal americano e o Estado de bem-estar europeu iriam testar (e aprovar durante bom

tempo) a convivência do capitalismo com um forte setor público, negociações sindicais, políticas de renda e seguridade social, etc. Em suma, em pouco tempo, o Estado viu-se em condições e na obrigação de controlar o nível da atividade econômica, inclusive o emprego, através de instrumentos como a política monetária a taxa de juros e os gastos públicos. Esse era o chamado “consenso keynesiano”, que se tornara avassalador no pós-guerra.”⁷

Dessa maneira pode-se dizer que os *keynesianos* visavam eliminar as flutuações de mercado, assim como combater as crises cíclicas, contendo assim os aspectos destrutivos do capitalismo e mostrando assim o caráter conservador do consenso. As políticas dessa doutrina eram orientadas a favor do papel positivo do Estado: na criação do pleno emprego; na manutenção de equilíbrios sociais, na ajuda de países e regiões necessitados, na sustentação de uma sociedade com boa infra-estrutura (saúde, educação, transporte, previdência). Além disso, havia uma mudança entre as relações políticas, marcada pela negociação entre corporações empresariais e proletárias, intermediadas pelo poder público.

De acordo com o historiador Ben Seligman, Keynes era “expressão do desespero e da esperança”. Na América Latina, pode-se fazer um paralelo com a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), evidenciando Raul Prebisch e Celso Furtado. Em suma, desde o pós-guerra até a década de 1960 foram chamados “anos dourados” das economias capitalistas. Porém essa situação se reverteria na década de 1970, quando começa a se manifestar uma instabilidade econômica, marcada por dois choques sucessivos nos preços mundiais do petróleo, que acabou por evidenciar a impossibilidade de sustentação da conversibilidade do dólar em ouro. Altas taxas de inflação nos países desenvolvidos, paralelamente a taxas de lucratividade cada vez mais decrescentes (“*estagflação*”), levaram ao surgimento de um movimento no sentido de conter ações regulamentadoras dos Estados nacionais na economia, vigoradas até o momento.

A “*mão invisível*” criada por Adam Smith, substituiria os controles e restrições governamentais, criando assim uma economia *globalmente liberalizada*. A mudança do sistema intervencionista *keynesiano* que vigia anteriormente para esse novo sistema neoliberal foi protagonizado pelas elites político-econômicas mundiais, como Estados Unidos e Inglaterra, conforme será estudado mais adiante. Assim, pode-se dizer que o liberalismo econômico voltou à pauta, com a alcunha de neoliberalismo.

1.3 Neoliberalismo: idéias e escolas de pensamento

⁷ MORAES, Reginaldo. Neoliberalismo. São Paulo: Editora Senac, 2001, p.29-30.

As duas principais exigências dos neoliberais giram em torno das privatizações de empresas estatais e serviços públicos e por outro lado, da desregulamentação, ou criação de regulamentações distintas que diminuam a intervenção dos poderes públicos sobre os privados.

O Neoliberalismo econômico acentua a supremacia do mercado, como o mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos. Sendo assim o mercado é matriz da eficiência, da justiça e da riqueza. A intervenção é vista como intrusa, e responsável apenas por esses três eixos.

Os neoliberais apresentam o “Estado de bem-estar” como causador da ineficácia e clientelismo e ao mesmo tempo, incentivam a privatização: pregam a transferência das atividades sociais como educação, saúde e previdência para o setor privado.

Com a mundialização financeira, emergiria uma nova soberania.

“A mundialização financeira, já absolutamente firmada no final dos anos 70, determinaria as chacoalhadas neoliberais dos anos 80. A generalização dos mercados financeiros, a nova “ordem espontânea”, subtrai dos governos nacionais grande parte de seu poder, como a liberdade de cunhar moeda e criar dívida pública. Decreta-se, com festa e regozijo, o “fim da ilusão monetária” e dos projetos de desenvolvimento nacional [...].A nova integração internacional das finanças, recosturada, revigora o poder de pressão dos financistas sobre as políticas econômicas nacionais. Ficam cada vez mais difíceis as políticas nacionais deliberadamente deficitárias, fundadas na capacidade de emitir “moedas políticas”, moedas sem lastro, visando garantir metas sociais e políticas como pleno emprego e desenvolvimento nacional e reorientar as economias.”⁸

A ideologia neoliberal prega pelo fim das regulamentações dos Estados nas economias, e ao mesmo tempo, as direciona para esferas de poder internacionais como: a OMC, o FMI, o Banco Mundial, o G-7, sendo essas organizações controladas pelos governos dos países capitalistas centrais.

⁸ MORAES, Reginaldo. Neoliberalismo. São Paulo: Editora Senac, 2001, p.37.

O pensamento neoliberal desdobrou-se no pós-guerra em três variantes, sendo que a quarta não é muito bem definida: a dos “anarco-capitalistas”. São elas:

1) Escola austríaca, liderada por Friedrich August Von Hayek, conforme já dito anteriormente, o patrono do pensamento neoliberal;

2) Escola de Chicago, representada por T.W. Schultz e Gari Becker, e principalmente Milton Friedman (1912-), o grande representante dessa escola⁹.

3) Escola de Virgínia ou *public choice*, cabeceada por James M. Buchanan (1919-).

O grande nome do neoliberalismo é sem dúvida Friedrich August Von Hayek, sendo que foi influenciado por Carl Menger (1840-1921) e por Ludwig von Mises. A idéia mais importante de Hayek é o modelo das *decisões descentralizadas* e do *conhecimento disperso*. Na visão dele, o mercado é movido pelos interesses de cada indivíduo e suas atividades individuais, sendo que as forças motoras da sociedade são o empreendedorismo e a concorrência, conforme já estudado neste capítulo.

Hayek dizia que o que fosse feito de maneira espontânea, teria quase sempre melhores resultados do que aquilo que fosse minuciosamente planejado. Acreditava também que é de extrema importância a criação de um sistema monetário confiável e eficiente. Segundo ele, o sistema de preços deveria ser utilizado como forma de comunicar uma informação.

“O mais relevante nesse sistema é a economia de conhecimento com que opera, isto é, quão pouco os participantes individuais necessitam saber para poder atuar corretamente. De forma abreviada, graças a uma espécie de símbolo, só transmite a informação mais essencial e transmite-a apenas aos interessados. Não é uma simples metáfora descrever o sistema de preços como uma espécie de maquinaria para registrar a mudança, ou como sistema um sistema de telecomunicações que permite aos produtores individuais, pela mera observação do movimento de alguns poucos indicadores, e do mesmo modo como um engenheiro observaria os ponteiros de alguns instrumentos, ajustar suas atividades a mudanças sobre

⁹ Alguns dos mais importantes textos de “difusão” da doutrina foram publicados no Brasil, entre eles os três livros de Milton Friedman: *Liberdade de escolher*, trad. Ruy Jungman (Rio de Janeiro: Record, s/d.), *Capitalismo e liberdade*, trad. Luciana Carli (São Paulo: Nova Cultural, 1985) e *A tirania so status quo*, trad. Ruy Jungman (Rio de Janeiro, s/d.).

as quais talvez nunca cheguem a saber mais do que aquilo que se reflete no movimento dos preços.”¹⁰

A segunda escola, a de Chicago, a princípio tinha dentre seus principais nomes Jacob Viner, Frank Knight, Henry Simons. Nos anos 40, a liderança passou para T.W.Schultz, valorizado por seus estudos a respeito de educação e a agricultura (a teoria do capital humano). É nesta época que se destaca Milton Friedman, e nos anos 50 propaga suas idéias. Friedman enxergava o mercado como uma grande vantagem no que diz respeito a possibilidade que dá de existir uma grande diversidade. *“Cada homem pode votar pela cor da gravata que deseja obtê-la; ele não precisa ver que cor a maioria deseja e então, se fizer parte da minoria, submeter-se.”¹¹*

Os papéis submetidos ao governo seria determinar e expor as regras do jogo, função que seria impossível ao mercado. A definição de Estado mínimo segundo Friedman.

“Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção irresponsável, quer se trate de um insano, quer de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. O liberal consistente não é um anarquista.”¹²

Um acontecimento importante nesta época foi o acordo feito com a Universidade Católica do Chile, e conseqüentemente o repasse ideológico. Através desse acordo, foram treinados os economistas que posteriormente viriam a ser dirigentes do governo de Pinochet (1973-1989).

A terceira escola que aparece com James M. Buchanan, tornou-se referência para os neoliberais, a também chamada *public choice*. Seu tema seria *“estender as premissas da microeconomia ao comportamento político dos indivíduos. Em outros termos, dizem que os fenômenos macropolíticos teriam microfundamentos no comportamento individual.”¹³*

¹⁰ HAYEK VON, Friedrich. *Arrogância fatal- os erros do socialismo*. Porto Alegre: Ortiz, 1995, p.136.

¹¹ FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.21.

¹² *Ibid.*, p.39.

¹³ MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo*. São Paulo: Editora Senac, 2001, p. 45.

A *public choice* busca a análise política, histórica, social utilizando-se de instrumentos da microeconomia neoclássica, tendo como pontos principais:

*“O homem econômico, que procura maximizar os resultados como os meios escassos que possui; as escalas de preferência e valores desse indivíduo e as condições da concorrência perfeita, onde os indivíduos são atomizados, a informação é razoavelmente distribuída e os bens homogêneos, de modo que o modelo se aproxima de um modelo auto-ajustado.”*¹⁴

Por meio desses pressupostos, de acordo com o autor Reginaldo Moraes, torna-se possível entender como interesses diferentes e até mesmo que se conflitantes podem ser reunidos numa “escolha coletiva”; desenvolver o “estudo das propriedades operatórias de conjuntos alternativos de regras políticas”, um estudo comparativo dos diferentes sistemas de decisão política, dentro dos quais são reveladas as escolhas e as preferências; prever as conseqüências de cada um desses sistemas; definir dispositivos constitucionais superiores e expor os defeitos da ordem atual (Estado de bem-estar, intervencionismo, democracia ilimitada etc.).

A *public choice* nasce da tentativa de tornar as “decisões não-mercado” mais próximas das “decisões do tipo mercado”, e de acordo com Buchanan, aceita a distinção entre os dois mecanismos o “mercado-mundo das escolhas individuais, das iniciativas descentralizadas” e a “política-terreno das escolhas e decisões coletivas, das iniciativas centralizadas, dos espaços, bens e serviços consumidos em comum.”¹⁵

1.4 Neoliberalismo: implementação

Conforme já estudado neste capítulo, após o período conhecido como “anos dourados”, com os dois choques do petróleo, a produtividade dos países diminuiu, o crescimento real de salários declinou e aumentou a desigualdade social. Os neoliberais liderados por economistas adeptos do *laissez-faire* e do fundamentalismo de livre mercado, acusaram a inflação como sendo o resultado do aumento da oferta de moeda pelos bancos centrais. Apontavam os tributos excessivos, somados à regulamentação das atividades econômicas, como sendo os responsáveis pela queda da produção e do aumento da inflação.

A solução proposta para a crise seria a redução gradativa da intervenção estatal, com a diminuição generalizada de tributos, a privatização das empresas estatais e redução do poder sobre a fixação dos preços. Segundo eles, diminuindo a força dos sindicatos, haveria novas oportunidades de emprego e de investimento, o que segundo

¹⁴ MUELLER, Dennis. *Public Choice II*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, pp.1-2.

¹⁵ BUCHANAN, James. *An Economic Theory of Clubs*. Economia, 1965, p.32.

dizia Say, deveria atrair capitais externos. Seguindo a Lei de Say (de maneira simplificada: a oferta cria sua própria demanda), acreditavam que o equilíbrio da economia mundial dependia da não-intervenção do governo.

O primeiro governo democrático que se inspirou nesses princípios foi o de Margaret Thatcher na Inglaterra, a partir de 1980, sendo que havia sido precedida apenas pelo Chile, de Pinochet e seus conhecidos como Chicago Boys, no início da década de 1970. Segundo Perry Anderson:

“Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego enormes, sufocaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – essa foi uma medida surpreendentemente tardia – lançaram-se num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.”¹⁶

Com sua persuasão sobre a eficácia das idéias neoliberais, Thatcher conseguiu aprovar leis que revogavam muitos dos privilégios concedidos aos sindicatos, privatizar empresas estatais, além de estabilizar a moeda. Além disso, conseguiu a criação de uma tributação regressiva, com o chamado *Poll tax*, ou ainda *imposto comunitário*, o qual foi responsável posteriormente por sua queda como Primeira-Ministra e substituição por John Major.

O governo de Thatcher serviu como modelo para muitos governos neoliberais pós-anos 1980, inclusive para o “*Reaganismo*”, nos Estados Unidos na década de 1990. Em seguida, foram adotadas na Dinamarca em 1983 com Schluter, e na Alemanha de Kohl em 1992.

Depois as idéias neoliberais migraram rumo ao leste Europeu, com a crise do capitalismo avançado e queda dos indicadores socioeconômicos. O período marca o fim do comunismo e o colapso da União Soviética, abrindo espaço assim para o neoliberalismo.

Na América Latina, essas idéias conforme já citado, foram pioneiras no Chile, do general Pinochet, que após o violento golpe militar derrubou e assassinou o presidente Allende. O Chile adotou práticas radicais como: repressão sindical,

¹⁶ ANDERSON, Perry. *Além do Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 197-202.

redistribuição de renda em favor dos ricos e privatizações. Tudo isso foi realizado com a ajuda dos “Chicagos boys”, um grupo de economistas que havia estudado na Universidade de Chicago e que ocupava postos-chaves no governo Pinochet (o próprio Milton Friedman era tido como conselheiro econômico do regime militar chileno).

A adoção dessas idéias na Argentina, que durante anos serviu de “país modelo” para o FMI e o Banco Mundial, levou à crise sem precedentes nesse país no ano de 2001, e será tema desse trabalho nos capítulos a seguir.

1.5 Neoliberalismo: críticas

Os opositores dos neoliberais questionam suas premissas, que consideram simplistas. Uma das críticas, é que os princípios liberais seriam válidos quando uma transação envolvesse duas (e somente duas) partes, sendo que cada uma decide o melhor para si, mas que não se sustentaria quando, numa transação realizada entre duas partes, um terceiro, que dela não participou, é prejudicado (ou beneficiado). Esse fenômeno é chamado de *externalidade*.

Economistas como Gunnar Myrdal, Prêmio de Ciências Econômicas (1974), e o professor James Tobin da Universidade de Yale, Prêmio de Ciências Econômicas (1981), faziam severas críticas ao “*monetarismo*” e ao “fundamentalismo de livre mercado”, defendiam a intervenção governamental nas economias. Alegavam que Friedman considerava que as teorias do ciclo econômico da escola austríaca não teriam passado pelo teste estatístico, e, portanto seriam falsas. Além disso, utilizava dados do PNB que omitiam os gastos intermediários entre os estágios da produção. Estudos recentes no campo da teoria econômica atacam as posições defendidas por Friedman:

“Uma vez que foi introduzido o conceito de informação imperfeita e incompleta, os defensores de livre mercado da Escola de Chicago não podem mais sustentar suas teorias da Eficiência de Pareto no mundo real. Desta maneira, a utilização, por Stiglitz, das hipóteses de equilíbrio de expectativas racionais para obter uma compreensão mais realista do capitalismo do que a comumente obtida pelos teóricos tradicionais das expectativas racionais conduz, paradoxalmente, à conclusão que o capitalismo se desvia do modelo de tal maneira que justificaria a intervenção estatal-socialismo- como remédio.”¹⁷

Outros economistas, os norte-americanos Leonid Hurwicz, Eric Maskin e Roger Myerson, criaram as bases de uma teoria que determina quando os mercados estão funcionando de forma eficaz.

¹⁷ BOETTKE, Peter J. *What Went Wrong With Economics?*. Critical Reviews, vol.11, P.35.p.58.

“A clássica metáfora de Adam Smith sobre a mão invisível refere-se a como o mercado, sob condições ideais, garante uma alocação eficiente de recursos escassos. Mas, na prática, as condições normalmente não são ideais. Por exemplo, a competição não é completamente livre, os consumidores não são perfeitamente informados e a produção e o consumo desejáveis privadamente podem gerar custos e benefícios sociais.”¹⁸

A aplicação de preceitos liberais foi também contestada no século XIX por Friedrich List, que defendia para seu país (Prússia) o oposto do que pregavam os liberais, alegando que essas políticas só funcionariam para as nações já adiantadas. Dizia também que o Estado deveria intervir de maneira a promover o desenvolvimento na questão do comércio exterior, infra-estrutura e fomento da industrialização.

O professor de Yale James Tobin foi um grande crítico do monetarismo de Friedman. Ele defendia a intervenção governamental nas economias, ao contrário do que pregava essa teoria. Apesar disso, Tobin se declarava a favor da globalização e do livre mercado como forma de aumentar a prosperidade do país.

Somam-se as de Tobin, as idéias de Paul Samuelson (1915-), Nobel da Economia em 1970. Foi um representante e defensor da teoria *keynesiana*, em seu livro “Economia”, analisa as escolas de macroeconomia modernas dentro da síntese organizadora de oferta e demanda agregadas. É demonstrada, como a macroeconomia *keynesiana*, nas versões original e neoclássica, a macroeconomia do lado da oferta e as correntes monetaristas enfatizam aspectos diferentes das expectativas, do equilíbrio de mercado e da demanda agregada.

¹⁸ STIGLITZ, Joseph E. *A Globalização e seus malefícios. A promessa não cumprida de benefícios globais*. São Paulo, Editora Futura, 2002.

CAPÍTULO 2 – A DÉCADA DE 90 E O GOVERNO MENEM

Neste capítulo serão apresentadas as características do governo durante a década de 90, assim como, o Plano de Conversibilidade, a abertura econômica e as privatizações.

2.1 Transformação: assume o governo a oposição

Em 9 de julho de 1989, assume o poder o presidente Carlos Saul Menem, que governou o país até o ano de 1999. Seria a primeira vez desde o ano de 1916 que um presidente, neste caso Raul Alfonsín, passava seu cargo para um candidato da oposição. O cenário que se deparou o novo presidente era marcado por uma hiperinflação, iniciado desde o começo do governo de Alfonsín, um Estado em bancarrota, moeda arruinada, salários faltantes e violência social.

Um dos primeiros temas com que deveria se preocupar Menem seria com a incapacidade do Estado naquele momento de garantir a paz e a estabilidade. Sendo assim, era de extrema urgência uma solução para retomada dos atributos do governo.

A novidade não era a existência de uma crise, e sim as proporções e dramaticidade que esta assumia. Para combatê-la, havia uma receita genérica que tinha se instalado ao longo da década de 80. Durante esta época, foi considerado unanimidade entre os economistas do mundo inteiro, que para garantir a inserção dos países no mundo globalizado, seria imprescindível romper com os mecanismos do Estado interventor, que passou a ser considerado a partir desse momento ineficiente e dispendioso, e promover a abertura das economias nacionais.

No caso da Argentina e da América Latina em geral, essas idéias seguiam o chamado Consenso de Washington. Esta expressão chamada também de neoliberalismo, nasceu em 1989, criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Numa conferência do Institute for International Economics (IIE), em Washington, Williamson enumerou políticas que o governo dos Estados Unidos recomendava para a crise econômica dos países da América Latina.

Essas medidas estipuladas pelo Consenso de Washington, acabaram se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial para todos os países. De outro lado, movimentos nacionalistas e de esquerda criticam essa política e protestam contra sua aplicação.

O neoliberalismo, conforme já estudado no capítulo anterior, prega que o funcionamento da economia deve seguir as leis de mercado. Segundo seus patronos, a

presença estatal na economia estorva o setor privado e trava o desenvolvimento. Algumas de suas características são: abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial por meio da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros; amplas privatizações; redução de subsídios e gastos sociais por parte do governo; desregulamentação do mercado de trabalho para garantir novas formas de contratação que reduzam os custos das empresas além de busca e manutenção de modelos de câmbios competitivos.

Existem outras formulações do “Consenso de Washington”. Fischer, comentando o texto de Williamson, fala de quatro aspectos fundamentais: marco macroeconômico equilibrado (sound), governo de menores dimensões e mais eficiente; setor privado eficiente e em expansão como também políticas destinadas à redução da pobreza. Krugman resume o Consenso na “virtude vitoriana em política econômica: mercados livres e moeda sólida”.

O Consenso de Washington também estabelece através de um conjunto de pautas, um ambiente de transparência econômica. Para os países desenvolvidos, e em especial para os EUA, a formulação deste Consenso representava também um desafio: a solidificação de medidas que ajudariam aos países desenvolvidos a consagrar oportunidades e desviar os inconvenientes da emergência de novos mercados.

Para muitos, o Consenso de Washington pareceu marcar um momento determinante dos assuntos econômicos mundiais. Agora que começava a retirar-se das economias do Terceiro Mundo a mão morta do Estado, agora que os investidores começavam a ser conscientes das enormes possibilidades de lucros destas economias, o mundo estava preparado para um longo período de crescimento rápido nos países que até o presente haviam sido pobres.

A economia argentina era considerada pouco eficiente, devido à grande proteção que o mercado local recebia, e aos subsídios que o Estado prestava a diversos setores econômicos. À ineficiência produtiva, que evitava a inclusão do país na economia mundial, somava-se o déficit incurável de um Estado excessivamente dádivo, que, para amortizar suas dívidas, recorria quase sempre à emissão de monetária, resultando no aumento da inflação.

De acordo com Luis Alberto Romero:

“Algumas pessoas discutiam se a crise era intrínseca a esse modelo, ou se era resultado do prodigioso endividamento externo gerado durante o regime militar, que colocou o Estado à mercê das vontades dos credores e banqueiros. Mas a conclusão era sempre a mesma: a inflação e o endividamento, que por muito

tempo serviram para adiar e também para agravar os problemas, finalmente desembocaram no colapso de 1989.”¹⁹

Esta crise de 1989 abriu caminho para os partidários da receita reformista. De acordo com um consenso generalizado, era preciso eleger entre algum tipo de transformação intensa ou a simples dissolução do Estado e da sociedade.

Menem foi um dos transformados. Tendo suas bases formadas no populismo, acredita que a hiperinflação teria duas características importantes a serem consideradas. De um lado, ela representava um risco, no que se refere ao medo que cingia Menem de terminar como Alfonsín, abocanhado pela desordem de um Estado em desintegração. De outro, bancava uma oportunidade no que se refere à forte comoção social, ou seja, havia tanta necessidade de um câmbio drástico que, o que até então teria sido dispensado, se tornaria palatável e até apetitoso.

Neste momento, seria primordial que Menem conquistasse seu apoio. Tinha uma questão a seu favor: sua inquestionável vontade política. Porém, precedentes que o condenavam. Ele havia exercido o governo de La Rioja de um modo esporádico e quase que um governador ausente.

De acordo com Romero, Menem durante a campanha eleitoral havia prometido o *salariato* e a “revolução produtiva”, segundo o estilo peronista mais tradicional, que na época, os “renovadores” procuravam mudar. Em suma, com ele, o velho peronismo parecia estar de volta. Apesar de logo ter sacrificado boa parte da bagagem ideológica e discursiva do peronismo, Menem foi fiel ao que este tinha de mais essencial: o pragmatismo.

Em um giro de Copérnico, anunciou de forma apocalíptica que era necessária uma “grande cirurgia sem anestesia”, declarou-se partidário da “economia popular de mercado”, repudiou o “estatismo”, elogiou a “abertura”, proclamou a necessidade e a bondade das privatizações e ridicularizou aqueles que “tinham ficado” em 1945”. Empresários, banqueiros e gurus tinham suas dúvidas. “A conversão era sincera, ou apenas uma maneira para se safar da crise?”²⁰

2.2 O governo Menem e suas características

Carlos Menem assumiu o poder num cenário onde a credibilidade populacional apresentava-se comprometida, contribuindo para a implementação de câmbios drásticos.

¹⁹ ROMERO, Luis Alberto. *História Contemporânea da Argentina*, 2005)

²⁰ ROMERO, 2005.

O presidente mostrava-se disposto a aliar-se com os setores tradicionais do poder econômico local e seus seguidores. Para o Ministério da Economia foi nomeado um executivo de uma das principais empresas do país (Bunge e Born), sendo que, Álvaro Alsogaray e sua filha Maria Julia, duas figuras emblemáticas do liberalismo argentino, tiveram presença marcante.

Analisando do ponto de vista político, a adoção das idéias neoliberais apresentava um problema: a sua implementação supunha uma revisão do tradicional peronismo. A inclusão por parte do Menem de reconhecidos anti-peronistas, somado aos gestos de reconciliação com o almirante Isaac Rojas, líder do golpe que derrubou Perón em 1955, não podiam evitar repúdios dentro do próprio partido do presidente. Após a proclamação dos indultos aos ex-comandantes, o grupo dos conhecidos como *Grupo de los Ocho*, liderado por Germán Abdala e Carlos Alvarez, rompeu com o partido.

No começo de seu governo, o presidente logrou a aprovação de duas leis importantes no Congresso. Uma delas, ligada à cessação de qualquer tipo de subsídios, regalias, incentivos e que aprovava a demissão de funcionários estatais, nomeada Lei da Emergência Econômica. A outra, Lei de Reforma do Estado declarava a necessidade de privatizar inúmeras empresas estatais e delegava ao presidente a escolha da melhor maneira para realizá-la.

Os depósitos a prazo fixo dos particulares foram expropriados, sendo resgatáveis por títulos públicos no prazo de 10 anos. Ademais, para suspender os elementos impulsores da substituição de importações, todos os regimes de promoção industrial foram interrompidos.

Durante esse governo, passaram a mãos privadas os serviços de telefonia, gás e eletricidade, metrô, ferrovias, hotéis, fábricas militares e a empresa nacional Aerolíneas Argentinas. Porém os beneficiários foi um número reduzido de empresas nacionais e estrangeiras. A culminação desse processo de privatizações foi a da principal empresa pública do país: Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF).

Objetivando resultados imediatos, e buscando obter rapidamente novos fundos para liquidar o endividamento externo, tudo foi feito de maneira muito acelerada, impensada, em detrimento de outras intenções que também seriam alvo dessa política de privatizações, como por exemplo, o estímulo à concorrência.

Segundo Romero:

“Empresários locais, operadores internacionais experientes e banqueiros que possuíam títulos da dívida

externa foram convocados. Estes eram aceitos como parte do pagamento do valor de face, muito mais alto que o valor de mercado, o que começou a tranquilizar os credores externos, que trocavam de papéis de resgate incerto por ativos empresariais.”²¹

Outro tema fundamental e que foi considerado característica intrínseca da década de 1990 na Argentina e nos países da América Latina, foi à abertura econômica, um dos pontos-chaves do já estudado Consenso de Washington. Da mesma maneira rápida e desorganizada que foram feitas às privatizações, foi realizada também a redução de barreiras, cotas e tarifas, já que o objetivo principal do governo seria diminuir a inflação e melhorar a arrecadação fiscal no menor tempo possível.

No aspecto militar, pode-se dizer que Menem obteve resultados mais eficazes. Nomeou Ítalo Luder para Ministro da Defesa. No ano de 1983, Luder foi eleito candidato à presidência representando o Partido Justicialista, nas eleições convocadas para por fim à ditadura, porém foi cruelmente derrotado por Raúl Alfonsín.

Além disso, Menem nomeou o general Martín Balza como chefe do Exército, um conhecido crítico da repressão. Por meio de seu mando, as Forças Armadas perderam muito de seu poder político. O serviço militar obrigatório foi eliminado e foi reduzido brutalmente o pressuposto militar. Sendo assim, pode-se afirmar que um longo ciclo da história argentina, caracterizado pela presença marcante dos militares no cenário político parece ter se encerrado.

No cenário externo, o presidente optou por manter-se aliado com a potência hegemônica, os Estados Unidos. Na época próxima ao fim da primeira Guerra Mundial, a Argentina manteve-se alinhada na esfera econômica com a potência então hegemônica, a Grã-Bretanha, que era a fonte central de investimento estrangeiro no país e destino admirável das exportações.

O alinhamento com a nova potência hegemônica teve conseqüências em vários aspectos, entres os quais o da segurança interna e do desenvolvimento tecnológico. Em setembro de 1990, quando estourou a primeira guerra do Golfo Pérsico, a Argentina se prejudicou enviando contingentes militares, envolvendo-se num conflito difícil e de abrangência mundial. Consequentemente, a nação chegou a ser atacada por terroristas, o que transpareceu a inconveniência dessa política ambiciosa. Referindo-se ao prejuízo causado no aspecto tecnológico, a Argentina pressionada pelos Estados Unidos interrompeu o Projeto Condor, numa província de Córdoba, que seria um adiantado desenvolvimento de mísseis sem fins prejudiciais, dedicado ao acesso a novas áreas de comunicação no exterior.

²¹ ROMERO, 2005.

Ferrer cita outras conseqüências do alinhamento da Argentina com a potência hegemônica:

“Na mesma linha, a Argentina se retirou em 1991 do Grupo de Países Não Alinhados, uma associação de nações da periferia que promovem reformas em prol de uma ordem mundial pacífica e equitativa. Em 1997, aderiu à Organização do Tratado do Atlântico Norte, coalizão militar das potências ocidentais, em caráter de membro extra da Otan. Na América Latina, o governo consolidou os avanços conseguidos no fortalecimento das relações com o Chile e a integração bilateral em diversos planos.”²²

A gestão Menem marcava a aplicação mais completa da política de desmantelamento do Estado. Ao longo da década de 1990 o papel deste deixou de ser definido como interventor e prestador direto de bens e serviços. De acordo com Saborido e Privitellio:

“Com exceção do ensino superior, se despreendeu de todos os demais serviços educativos, que transferiu às províncias junto com os de saúde; entregou à empresa privada a concessão de quase todos os serviços públicos; eliminou um grande número de organismos e unidades estatais encarregados de funções reguladoras da atividade econômica, e devolveu ao mercado trabalhador a mais de 100.000 empregados públicos, incentivados por generosos retiros voluntários e jubilações antecipadas.”²³

Essas reformas transformaram o Estado nacional argentino num dos instrumentos menos poderosos do mundo, no que se refere ao PIB e à população. Somando-se a isso, levaram à perda da aptidão executiva como instrumento de estabilização e desenvolvimento da economia, e também à sua debilidade em relação aos setores mais concentrados e internacionalizados do capital.

2.3 Cavallo e o Plano de Conversibilidade

²² FERRER, Aldo. *A economia argentina: de suas origens ao início do século XXI*. Tradução: S. Duarte. Rio Janeiro: Elsevier, 2006, p.260.

²³ PRIVITELLIO, L., SABORIDO, J., *Breve historia de la Argentina*, Madrid, 2006, p.464.

A princípios de 1991, a instabilidade quase que tida como crônica induziu Menem a colocar no Ministério da Economia o chanceler Domingo Felipe Cavallo, que até o presente momento estava a cargo das Relações Exteriores.

Cavallo era considerado um economista de formação ortodoxa, com uma forte vocação política, que teve sua prova de fogo no ano de 1982, quando participou da estatização e amortização da dívida externa das empresas.

Logo no início do ano de 1992, a Argentina aceitou o Plano Brady, que seria a reestruturação da dívida externa do país. Isso foi possibilitado por meio do bônus do Tesouro dos Estados Unidos. A queda da taxa de juros, somada aos planos de conversão da dívida externa latino-americana, levaram ao reinício do fluxo de capitais de curto prazo para a região e outros mercados em desenvolvimento.

Cavallo teve uma atitude audaciosa e distanciada de empresários e credores. Logo depois que assumiu o cargo, aprovou uma Lei de Conversibilidade, que estabelecia uma paridade cambial fixa, de maneira que um dólar passaria a equivaler a um novo “peso argentino”. Agregando-se a isso, o Poder Executivo estava proibido de alterar e emitir moeda além das reservas, para que a paridade fosse sustentada.

Tudo isso gerava a impossibilidade do Estado de emitir moeda sem lastro para superar seu déficit, o que muitas vezes foi feito e gerou a desvalorização. Dessa maneira, uma das principais ferramentas de intervenção do Estado estava renunciada.

A oferta monetária passou então a depender da evolução das reservas do Banco Central, as quais sustentavam a base monetária. O sistema era chamado bimonetário, com duas moedas, o peso e o dólar, exercendo as três funções da moeda: reserva de valor, unidade de medida e meio de troca. Pode-se dizer que se tratava de um regime dolarizado conseqüente da destruição da moeda nacional pela hiperinflação anterior.

Aos poucos, os depósitos e empréstimos do sistema financeiro e os contratos entre particulares foram sendo denominados em dólares, até que a maior parte do sistema, quase que dois terços, se apresentasse nomeada na moeda norte-americana. Esta passou a ser legalmente negociada em alguns estabelecimentos e até em bancos e hotéis. Inclusive foram permitidas aberturas de contas bancárias em dólares, sendo que o peso argentino era exclusivo para as contas públicas, pagamento de impostos, salários, contabilidade empresarial e crédito imobiliário.

Os primeiros resultados do plano foram satisfatórios, além de acabar com a fuga de capitais, promoveu o reingresso destes emigrados anteriormente. Reunindo-se a esses

fatos, as taxas de juros reduziram, a inflação caiu, a arrecadação fiscal aumentou e em geral houve um reaquecimento da economia.

Um outro fato importante a ser considerado foi o resgate dos títulos da dívida, por intermédio das privatizações, que levou a um acordo com os credores externos, dentro do Plano Brady: a Argentina ter readquirido a confiança dos investidores.

Um outro ponto alcançado pelo plano foi a queda da taxa de inflação, logo após a estabilização dos preços. Apesar disso, dois anos mais tarde o peso se revalorizou, e os preços relativos se moveram contra os bens transáveis, pressionados pelo aumento das importações em detrimento da produção nacional, especialmente nos setores de maior valor agregado e tecnológico, como por exemplo, os bens de capital.

A entrada de capitais especulativos, juntamente ao ingresso de investimentos privados diretos, conseqüentes às privatizações das empresas públicas, gerou excedente no Balanço de pagamentos e aumento das reservas do Banco Central, o que ocasionou um aumento da liquidez e do crédito. Isto tudo gerou o aumento da demanda, o que por sua vez levou a uma melhoria na arrecadação fiscal e procedente saída da recessão de 1989 e 1990.

Sendo assim, em 1991 e 1992 o PIB teve um considerável aumento e neste mesmo ano de 1992, o cenário parecia indicar um milagre não só argentino, mas também do resto do mundo, sendo considerada a implementação da política neoliberal sua causa.

A abertura econômica afetou alguns setores produtivos da economia, enquanto outros desfrutavam de suas regalias. O conseqüente incremento das exportações era sustentado pela exploração de recursos naturais, e as atividades extrativas (sobretudo o petróleo) foram somadas aos produtos agropecuários. É importante ressaltar a criação do Mercosul no ano de 1995, que abriu caminhos ao incremento da atividade industrial.

Essa conjuntura de euforia tinha sem dúvidas suas sombras. Com a paridade do dólar e do peso argentino, as importações aumentaram em detrimento da indústria nacional. Além disso, com a supervalorização do peso muitos setores exportadores ficavam limitados e geravam déficit na balança comercial. Somando-se a isso, os interesses da dívida externa provocavam uma ininterrupta saída de divisas.

De acordo com Saborido e Privitellio

“...O impacto inicial do desaparecimento da alta inflação favoreceu aos setores assalariados, a implantação do processo de abertura econômica e

desregulamentação foi acompanhado de uma concentração do ingresso: segundo os dados fornecidos pelo Banco Mundial, desde 1990 a 1995 a participação no ingresso nacional dos 30% mais pobres diminuiu de 9,6 a 8,3% enquanto que dos 10% mais ricos aumentou de 35,3 a 37,3%.”²⁴

2.4 Fim da década de 1990

No ano de 1994 com a crise mexicana, acarretada por uma crise política dentro do país, o chamado efeito tequila conduziu a uma crise financeira os países de economias emergentes. Houve uma grande fuga de capitais dos países da América Latina, Leste Europeu e Ásia, repelidos pela situação de instabilidade dessas economias.

A necessidade de dispor de capitais para sustentar a conversibilidade fez com que a fuga destes, pusesse em sério risco esta paridade de 1 pra 1. Esta precisão mostrou pela primeira vez a fragilidade deste sistema de abertura econômica.

O governo Menem tomou medidas de austeridade e fechou acordo com o Fundo Monetário Internacional, apesar disso, a atividade econômica se derrubou, e o PIB apresentou uma queda.

Segue no quadro os resultados fiscais na década de 90 com base no PIB.

Tabela 1 – Resultados fiscais na década de 90 (por período em porcentagem do PIB)

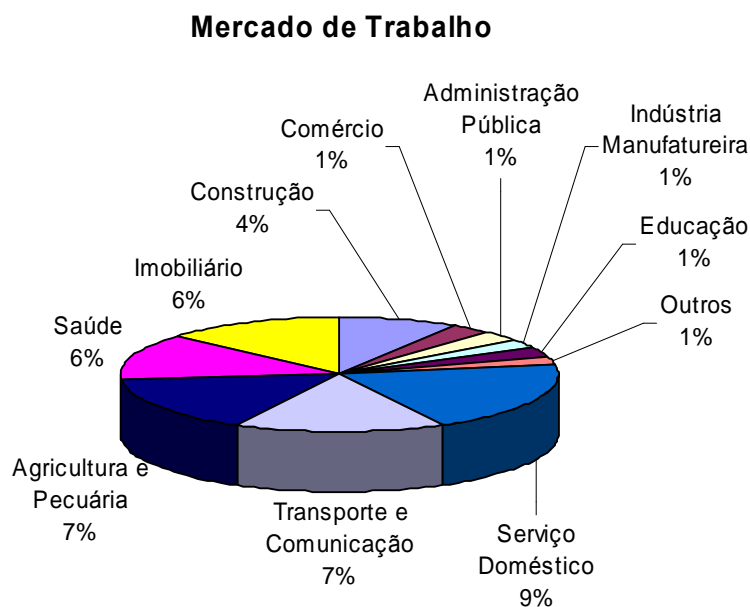
Período	Resultado primário sem seguranc a social	Resultado da seguranc a social	Resultado Primário	Pagamento de Juros	Resultado do setor público consolidado	Ingresso por privatização de empresas públicas	Resultado consolidado sem privatização
1991-94	2,07	1,33	1,20	0,13	-0,56	0,60	-1,16
1995-97	1,66	-0,29	1,70	-1,99	-2,56	0,49	-3,05
1998-01	3,07	0,45	3,13	-2,68	-4,09	0,37	-4,46
1991-01	2,32	0,57	2,04	-1,47	-2,39	0,49	-2,88

²⁴ PRIVITELLIO., SABORIDO., 2006.

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Ministério da Economia e de Cetrângolo et. al. 2000 para 1991-1994.

No ano de 1996 o ministro Cavallo renunciou, e foi substituído por Roque Fernández, um funcionário da gestão e foi quando apresentou uma considerável recuperação, mesmo que tenham permanecido três problemas sérios: 1) o desemprego manteve níveis muito altos; 2) o endividamento externo cada vez mais elevado apontava a inviabilidade da sustentação da conversibilidade, e 3) o descontrolado gasto público, na tentativa de alentar a reeleição de Carlos Menem. O gráfico 1 mostra a divisão do mercado de trabalho neste momento.

Gráfico 1 – Mercado de Trabalho



Fonte: Censo 2001

O baque decisivo ao sistema neoliberal da década de 1990 veio conseqüente ao cenário internacional representado pela crise da moeda brasileira, o real, a fins do ano de 1998 e princípio de 1999. Esta situação levou à desvalorização desta moeda e a mais uma crise financeira mundial, na qual a Argentina apresentava-se cruelmente envolvida, já que representa um país de peso do Mercosul.

Assim deu-se início um processo de esgotamento, em que o modelo neoliberal que antes representava o exemplo a seguir para um caminho de desenvolvimento e inserção ao mundo globalizado, passava agora, a mostrar em todas suas faces a limitação e inviabilidade de sua permanência.

O ano de 1995 foi marcado pelo auge do poder de Menem, mas ao mesmo tempo o começo de sua queda. Diversos fatores convergiam para chegar a essa situação. De um lado as sucessivas crises econômicas externas como a do México e do Sudeste Asiático, aproveitando-se da fragilidade do país na época causaram um impacto relevante na economia Argentina, o que trouxe à tona as desavenças entre Menem e seu ministro Cavallo, levando a renúncia do ministro em 1996. Cavallo não teve uma saída triunfal, acusava Alfredo Yabrán, um dos empresários mais próximos de Menem, de envolvimento com narcotráfico e contrabando, sendo que eram as empresas de Yabrán as que controlavam as aduanas argentinas.

Somando-se a isso, as tentativas das políticas de ajuste do nome ministro da Economia, Roque Fernández, incentivaram o conflito social, tornando cada vez mais expostas as conseqüências insatisfatórias da conversibilidade.

A oposição também foi outro fator contribuinte para o declive de Menem, já que começou a reorganizar-se. Segundo Saborido e Privitellio:

“Com a ocasião da eleição para os integrantes da Assembléia Constituinte teve sua aparição o Frente Grande, formado principalmente por peronistas e socialistas, cujo líder era Carlos Álvarez. Na eleição presidencial de 1995, o Frente Grande uniu-se com outro setor do peronismo, o partido PAIS, liderado por Juan O. Bordón, conformando o Frepaso (Frente para um País Solidário).”²⁵

Nesta eleição o Frepaso ficou em segundo lugar, superando o radicalismo. Um pouco antes das eleições de 1997, o Frepaso e a UCR chegaram a um acordo e fundaram a Aliança para a Justiça, o Trabalho e a Educação que será estudado no próximo capítulo.

²⁵ PRIVITELLIO., SABORIDO., 2006.

CAPÍTULO 3 – A CRISE DE DEZEMBRO DE 2001

Neste capítulo será analisado o novo governo que assume o poder, chamado Aliança. Além disso, será apresentado o cenário durante a crise e todas suas faces.

3.1 Assume o governo da Aliança

Em outubro de 1997 a Aliança triunfou na Capital Federal, Buenos Aires, Santa Fé e Entre Ríos; em Córdoba, onde a Aliança não se consolidou, o radicalismo também derrubou o peronismo.

Paralelamente a isso, também foi relevante para a queda de Menem o aparecimento de uma liderança alternativa dentro do próprio peronismo, representado pelo governador da cidade de Buenos Aires, Eduardo Duhalde. Antes da reeleição de Menem, esse se atrevia a criticar o presidente e suas políticas adotadas, mas que num primeiro momento não passavam de palavras. Durante o segundo mandato de Menem foi que a disputa foi se concretizando, sendo que o governador estava aspirando suceder a presidência, sem que Menem tivesse nenhum tipo de desconfiança em relação a esta pretensão.

A partir desse momento teve início uma disputa concreta e inescrupulosa, que culminou com o assassinato no ano de 1997 de um fotógrafo de uma influente revista, chamado José Luis Cabezas, que foi baleado na cabeça e semi-carbonizado. Seu cadáver apareceu em Pinamar, uma praia próxima à cidade de Buenos Aires, muito perto da residência que ocupava o governador nesta ocasião. A primeira reação de Duhalde foi apontar o presidente como culpado, porém a principal hipótese do assassinato acusava a polícia da província de Buenos Aires, que era conhecida por roubos e assassinatos, apoio aos terroristas na embaixada de Israel, controle de prostituição, jogos clandestinos e inclusive narcotráfico.

Desta maneira, Duhalde passou a ser apontado como incapaz de manter a estabilidade da instituição. Logo em seguida, foi descoberto que um dos seguranças particulares do empresário Yabrán, um dos maiores aliados de Menem, tinha envolvimento com a polícia provinciana de Buenos Aires. O empresário foi chamado a depor, porém se suicidou momentos antes de ser detido.

Todos esses acontecimentos favoreciam cada dia mais quem seria apontado como segundo candidato, Duhalde. Dia após dia, crescia o número de aliados ao governador, por isso o atual presidente passou a repensar a possibilidade de uma nova reeleição. Menem chegou inclusive, a ameaçar com a convocação de um plebiscito na província de La Rioja, onde tinha um grande número de seguidores. Respondendo a

essa ameaça, Duhalde da mesma maneira o fez, renunciando plebiscito na sua própria província, e paralelamente a isso Fernando De la Rúa chegou a ameaçar esse mesmo anseio, porém na cidade de Buenos Aires.

O temor a uma escandalosa derrota fez com que o presidente desistisse de sua tentativa. Desse modo indicava para seu sucessor o popular cantor e ex-governador da província de Tucumán, Ramón Ortega, porém atentado à queda de poder e popularidade de Menem, friamente resolveu aliar-se a Duhalde, candidatando-se a vice-presidência.

Mostrava-se mais do que claro o fim do menemismo, que teve sua retirada marcada por um último episódio: o boicote à candidatura de Duhalde e apoio ao candidato da Aliança pelo Trabalho, a Justiça e a Educação, sendo que este venceu a eleição com 48,5% dos votos, rebaixando Duhalde ao segundo posto.

Dessa maneira a Aliança parecia radicar-se a partir de 1999, porém necessitava-se saber quem seria o candidato. Foi realizada então, uma eleição interna aberta, na qual o radical Fernando de la Rúa, primeiro chefe de governo eleito da cidade de Buenos Aires, derrotou a pré-candidata do Frepaso, Graciela Fernández Mejjide, nomeada umas das principais deputadas da província de Buenos Aires.

O cenário em que assumiu o governo da Aliança era de profunda dissolução econômica e política, e mostrava claramente o descontentamento da população, que se apresentava revoltada e repudiada a qualquer forma de política em geral, e principalmente ao partido responsável por uma reestruturação completa da economia e cujas conseqüências nesse momento se manifestavam de maneira enternecedora.

Conforme já citado anteriormente a criação da Aliança foi uma soma dos acordos de 1997 entre Frepaso e a União Cívica Radical, e se tratava de uma junção incomum entre uma agrupação centro-esquerda de formação recente, com uma significativa presença eleitoral na cidade de Buenos Aires e sua periferia, mas não muito além disso, e o tradicional partido da classe média, fortemente derrotado nas eleições presidenciais de 1995.

O acordo entre essas duas forças, conduzia a uma postura de moderação, na tentativa de conseguir o maior número de aliados. Assim, foi decidido manter em vigor a conversibilidade do peso, que seria uma das maiores apreensões da população em geral. A Aliança centrou-se no tema da corrupção, aludindo também ao tema do desemprego e a qualidade da educação, mas ‘e relevante ressaltar a diferença entre os componentes desse novo partido, que impedia a tomada de decisões devidamente precisas.

Fernando De la Rúa era muito conhecido na política argentina, principalmente na cidade de Buenos Aires, onde praticamente não havia perdido nenhuma eleição, conforme explicam Saborido e Privitellio:

*“Desde 1995 administrava a cidade com certa eficácia desde seu cargo de chefe do governo. O fato de ter alcançado a cúspide em um partido como a União Cívica Radical parecia garantir certa habilidade para o exercício da política. O caudal de votos obtidos e a férrea promessa de não tocar a conversibilidade do peso argentino pareciam garantir-lhe uma boa presidência. Sem dúvidas, as coisas não foram bem assim...”*²⁶

Havia causas que explicavam o motivo dessa catástrofe, dentre elas, as especificamente políticas. A Aliança seria uma das razões. A UCR representava um partido muito tradicional e bem organizado, que também governava em muitas intendências e províncias. Os partidários de De la Rúa, seriam os mais conservadores do partido, os quais não disfarçavam sua insatisfação pela aliança com o Frepaso. Por sua vez, este último era um partido muito mesclado, cujo fator determinante era o reconhecimento de dirigentes como Álvarez, Fernández Meijide ou Aníbal Ibarra. Apesar da grande divergência entre esses grupos, pode-se dizer que prevaleciam idéias de centro-esquerda.

A Aliança apesar de ter tido força para derrubar o peronismo em decadência, não representava de fato um partido preparado para assumir o governo, muito menos no estado em que se apresentava o país. As divergências tornavam-se cada vez mais evidentes e insustentáveis, e os ataques e boicotes entre os grupos distintos cada vez mais comuns, iam levando cada vez mais à desagregação lenta e gradual da Aliança.

Somando-se a esse fato, o presidente que sempre foi conhecido por sua postura séria, confiante e prudente, parecia sofrer um cambio inesperado, transformando-se em um dos mais rudes e insensatos políticos da história argentina. Apesar de nunca ter sido revelada com precisão a razão que o levou a essa mudança repentina, o ministro da Saúde que era também seu médico pessoal, justificava que o presidente sofria de uma doença que alterava suas atividades mentais. Sendo assim, ele terminava sempre por tomar a decisão equivocada diante de qualquer situação, o que cada vez mais foi causando a revolta da população e uma crescente descrença em sua pessoa.

Os meios de comunicação não perdoavam seus equívocos e o atacavam e criticavam a todo o momento. Tudo isso contribuía para a crise e conflito social que caracterizavam o cenário da época, e a descrença em uma possível melhora. A crise

²⁶ PRIVITELLIO., SABORIDO., 2006.

experimentada pelo real, conforme já explicado anteriormente, era um fator imprescindível à piora dessa situação, juntamente com o plano de conversibilidade que se mostrava cada vez mais insubsistente.

Outro fato que preocupava bastante, segundo Saborido e Privitellio:

“...o endividamento externo havia subido ao longo da década de 1990 de aproximadamente 80.000 milhões de dólares a mais de 120.000 milhões; por sua vez, o déficit público chegou em 1999 aos 7000 milhões para o Estado nacional, aos quais teria que agregar os 3000 milho'es de déficit das províncias. As dimensões da herança recebida eram muito mais graves que o previsto, uma circunstância que não foi suficientemente destacada pela nova administração. Por sua vez, a situação do país no cenário internacional também se havia modificado para pior, sobretudo a partir do descumprimento por parte do governo de Menem das condições estabelecidas nos empréstimos concedidos na segunda metade dos anos noventa, que incluíam ajustes no déficit das províncias e do sistema de pensões, que ainda permanecia nas mãos do Estado.”

²⁷

Estava mais do que claro que a Argentina não era mais atrativa aos investidores estrangeiros, que migravam cada vez mais rumo a países que lhes conviessem.

Os novos encarregados da política econômica, liderados pelo radical José Luis Machinea, iniciaram sua gestão objetivando um ajuste no déficit fiscal por meio do aumento de impostos, acompanhado por medidas de controle do gasto público. Com essa política pretendia retomar a confiança dos investidores externos e a conseqüente entrada de capitais, que era considerada a principal fonte de arrecadação para abonar o déficit.

As medidas de caráter ortodoxo adotadas passaram a ser interpretadas pela população como uma extensão da política menemista, o que levou à queda de popularidade desse novo governo.

Os resultados do ajuste foram o contrário do que se esperava. O objetivo da diminuição do déficit era baixar a taxa de juros e gerar um aquecimento da economia, porém o fato de De la Rúa ter limitado o ajuste, exigindo uma política gradual, ocasionou não somente uma repercussão abaixo do esperado, como também um freio do consumo.

²⁷ PRIVITELLIO., SABORIDO., 2006.

As primeiras tentativas de ação do governo no plano econômico fracassaram, merecendo destaque o déficit fiscal que se agravava cada vez mais. Dessa maneira, foram tomadas medidas mais rigorosas, com o objetivo de conter este déficit, entre elas: diminuição dos salários do setor público, controle dos gastos em todos seus aspectos e anúncios de racionalização do Estado.

No plano social, pode-se dizer que a situação piorava a cada dia, e os sindicatos que diferentemente da época de Menem, em que eram ligados com o governo, começaram a reagir frente a essa cruel realidade. Somavam-se a isso, protestos protagonizados pela população que se encontrava desempregada e em busca de uma solução.

A crise que se protagonizou dramática em todos seus aspectos, foi contribuída também pelo aspecto político. O vice-presidente da nação e presidente do Senado, Carlos Álvarez, foi alvo de uma denúncia no jornal, que o acusava de corrupção referente a subornos. Dessa maneira, a crise estourou no seio do governo, já que Álvarez diferentemente de De la Rúa que optou por diminuir as dimensões do escândalo passando a denuncia ao âmbito judicial, propôs seguir a investigação até o último momento.

O enfrentamento entre os integrantes do Poder Executivo, estava cada vez mais claro, conforme indicam Saborido e Privitellio:

“...Quando o presidente tentou resolver a questão com um ato de autoridade, produzindo mudanças no gabinete que incluíam a saída do chefe do gabinete e do ministro da Justiça, ambos radicais, e o reforço de um entorno vinculado estreitamente a sua pessoa, que estava dando lugar a crescentes comentários críticos-, a resposta de Álvarez foi a renúncia a seu cargo, concretizada em 5 de outubro.”²⁸

Logo após esse feito, a situação piorava cada vez mais, com enfrentamentos, conflitos e demissões dentro da Aliança, levando a acreditar que o único motivo que os uniu foi o desejo intrínseco de derrubar o justicialismo. A situação era tão crítica que se chegou ao ponto de recorrer a Domingo Cavallo, para ocupar o cargo de ministro da Economia.

Anteriormente em março de 2001, De la Rúa colocou no Ministério Ricardo López Murphy, um economista liberal, afiliado à UCR. Seu programa que envolvia cortes bruscos do gasto público chegou a ser tão radical que comprometeu o desenvolvimento de áreas como a da saúde e da educação. Com isso, logrou obter ainda

²⁸ PRIVITELLIO., SABORIDO., 2006.

mais o desprezo entre os setores políticos e sociais, o que levou ao presidente realizar uma nova troca de gabinete, em que Cavallo ocuparia a vaga deixada por López Murphy. Não foram suficientes mais do que quinze dias para que a população transparecesse mais uma vez o seu descontentamento.

A chegada de Cavallo ao poder tinha sido incentivada pelo ex-vice-presidente Álvarez, que esperava obter sua volta ao poder, ocupando a chefia do gabinete. Porém o radicalismo parecia desiludir essa objeção, uma vez que vários ministros renunciaram no mesmo dia em que subiu ao poder o ministro Cavallo. Além disso, este não apresentava nenhum interesse em dividir o poder com Álvarez, pelo contrário, ansiava ser o triunfante chefe de governo.

A volta de Cavallo ao poder na verdade tinha como objetivo intrínseco, mostrar sinais positivos às instituições internacionais, a respeito de como se comportava o governo argentino. Sem dúvidas, o cenário próximo ao ano de 2001, era tão grave, que nem mesmo milagres seriam viáveis. A atividade econômica persistia em sua estagnação, em que a falta de capitais estrangeiros importantíssimos para manter a abertura econômica, contribuía de maneira significativa.

Essa situação parecia direcionar cada vez mais ao fim da conversibilidade do dólar, uma vez que o seu sustentamento apresentava-se muito custoso no que se refere ao endividamento externo, e ao pagamento de taxas de juros provenientes da consequência do risco país.

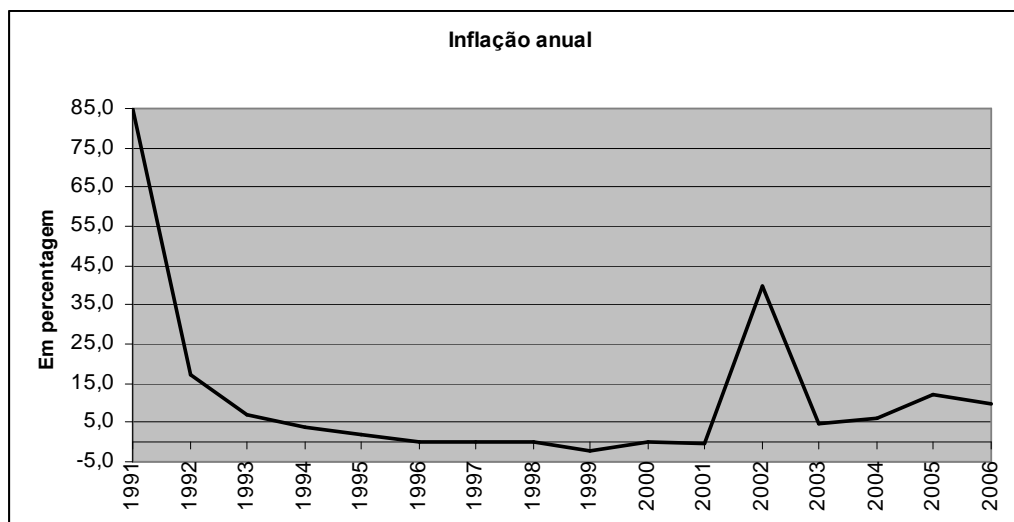
A crise estava instalada em todos os âmbitos, mas o maior medo era saber o momento em que uma possível colisão entre a crise política e a crise social poderia acontecer.

3.2 Crise de 2001: características e conseqüências

Em dezembro de 2001 começou o caos, que já estava previsto, desde a crescente fuga de capitais. Em resposta a esse cenário, o ministro Cavallo restringiu as retiradas de dinheiro e depósitos dos bancos e os movimentos de capitais, o que ficou conhecido como *corralito*, e o dinheiro desapareceu das mãos da população ocasionando um desespero geral e um forte desaquecimento da economia.

Observa-se no gráfico 2, a evolução da taxa de inflação ao longo da década de 1990 até o ano de 2006, que mostra um significativo aumento do ano de 2001 para 2002.

Gráfico 2 – Inflação anual argentina: 1991 – 2006.



Fonte: LAUAR e CUNHA²⁹

Com o *corralito* implementado, começaram inúmeras greves contra o governo contando com a presença marcante de diversos setores da sociedade, além de mobilizações em várias cidades do interior, onde se uniram empregados estatais rogando o pagamento de seus salários atrasados e desempregados exigindo trabalho e alimentos.

Começaram a detectar os primeiros roubos de supermercados em Mendonça e Rosário, que representaram apenas o ponto de partida para inúmeros acontecimentos que se verificariam depois. O desespero era tão grande que muitas vezes esses saques eram realizados inclusive por mulheres. É importante destacar que muitas vezes, por trás dessa população desesperada e faminta estavam os políticos pertencentes ao *duhaldismo*, que viam aí a possibilidade de prejudicar ainda mais o governo atual e alcançar o tão esperado cargo que aspiravam.

Foi dessa maneira que vieram os cruciais dias 19 e 20 de dezembro. É praticamente impossível descrever minuciosamente o que aconteceu nessa quarta-feira, dia 19 de dezembro de 2001; os roubos chegaram inclusive a alguns bairros da Capital Federal, como Constitución, Villa Lugano, afetando tanto super e hipermercados como até comércio local. A situação era tão grave, que o governador da província de Buenos Aires, Carlos Ruckauf, chegou a pedir ao ministro da Defesa a intervenção militar. Quando chegou a noite, a tão temida convergência entre a crise econômica, social e política aconteceu, ocasionando uma crise institucional.

²⁹ LAUAR, Vinicius Gontijo e CUNHA, Patrícia Helena. A Recuperação da Economia Argentina: origens, dinâmica e desafios. Disponível em [http:// www.sep.org.br](http://www.sep.org.br). Acessado em 13/05/2008.

O presidente De la Rúa decretou num pronunciamento na televisão o estado de sítio, o que era de muito agrado dos setores conservadores e das embaixadas estrangeiras, já que queriam proteger as empresas de seus países. A resposta não tardou muito para aparecer, já que quase a totalidade dos bairros da capital se viram tomados pela população, em manifestos conhecidos como *cacerolazos*, e marchas realizadas pelas famílias que convergiam na *Plaza de Mayo* e no Congresso. Apenas chegada a meia-noite, e se deu a renúncia de Cavallo e quase instantaneamente ocasionou a *repressão* dos manifestantes.

Segundo Saborido e Privitellio:

“Desde a manhã do dia 20, grupos de manifestantes provenientes de organizações políticas e sociais-partidos de esquerda, grupos piqueteiros e grupos juvenis sem posicionamento político se concentraram na Plaza de Mayo e seus arredores, sendo objeto de uma dura repressão por parte da cavalaria da Polícia Federal. Se estouraram verdadeiras batalhas que se prolongaram durante várias horas, e que incluíram assim mesmo às Madres de Plaza de Mayo, que realizavam sua habitual volta à pirâmide de todas as quintas-feiras. O saldo dos operadores repressivos foi de 8 mortos e mais de 90 feridos de bala, a maior parte dos quais não tiveram vinculação alguma com os saques.”³⁰

Um fato histórico foi a renúncia de De la Rúa, mais ou menos às 20 horas deste dia, que foi marcada pela saída do presidente da Casa Rosada num helicóptero, quase que secreto, enquanto continuavam os enfrentamentos na *Plaza de Mayo*. Impossível um final mais chocante para um presidente que gerou tanta expectativa.

Em diversos bairros da Grande Buenos Aires o pânico se estendeu. Os roubos cada vez mais numerosos atingiam desde pequenas lojas de comerciantes locais, até grandes comércios, isto gerava um enfrentamento entre os saqueadores e os vizinhos, que buscavam defender-se. Inclusive para se protegerem estes foram convocados para se armarem pela segurança, o que trouxe como consequência a morte de inúmeros inocentes, que buscavam nada mais que se defenderem perante o desaparecimento de um dos principais papéis do Estado: assegurar a segurança dos cidadãos.

Portanto o governo da Aliança foi vítima de seus próprios erros, possibilitando o retorno do peronismo. No dia 21, sexta-feira o justicialista missioneiro Ramón Puerta, presidente da Câmara de Senadores ocupou o cargo de Poder Executivo. A Assembléia Legislativa se reuniu composta por uma maioria peronista para escolher um presidente

³⁰ PRIVITELLIO., SABORIDO., 2006.

provisório. Mesmo sendo quase que óbvio que o favorecido seria Duhalde, este preferiu não se manifestar e não explicitar seu interesse.

Foi eleito Adolfo Rodríguez Súa, porém teve uma curta gestão de apenas 7 dias suficiente para anunciar uma atitude espetacular: a suspensão do pagamento da dívida externa. Além disso, disse que não haveria a desvalorização do peso e declarou um audacioso plano de obras públicas destinado a criar milhões de empregos, e recebeu na Casa Rosada a piqueteiros e dirigentes sindicais, às Madres de Plaza de Mayo e ao embaixador dos Estados Unidos.

Enquanto isso acontecia às manifestações e *cacerolazos* seguiam, exigindo a devolução dos depósitos confiscados pelo *corralito* e também protestando pela repressão policial. Dias depois, o Congresso foi invadido, e algumas de suas salas foram destruídas e incendiadas. Diante dessa situação, a maior parte do justicialismo favoráveis a Duhalde, se opôs a Rodríguez Súa, obrigando a sua renúncia, que se efetivou no domingo, dia 30. O seu sucessor foi Eduardo Camaño, presidente da Câmara de Deputados.

Apesar disso, a Assembléia Legislativa decidiu tomar frente a essa situação e elegeu ao presidente Eduardo Duhalde, e também aboliu a convocação às eleições. O objetivo do novo presidente coincidia com as expectativas de instituições como o Fundo Monetário Internacional e também os governos dos Estados Unidos e Espanha: se tratava de restaurar a ordem pública e enfrentar a crise de conversibilidade, o que não seria uma tarefa trivial.

Da mesma maneira que aconteceu com Menem, Duhalde também se defrontava com um cenário, onde seu principal desafio seria recompor a autoridade das instituições. Neste momento deparava-se com uma crítica situação de desemprego e queda do PIB. O gráfico 3 mostra a evolução do PIB ao longo desse período.

Gráfico 3: PIB Argentino: 1990-2005



Fonte: LAUAR e CUNHA³¹

De acordo com Saborido e Privitellio tendo em conta a gravidade da situação, foi exitoso:

“Em seu primeiro discurso como presidente anunciou enfaticamente que quem havia depositado dólares cobraria dólares. Mas a situação não se resolvia com palavras; as autoridades econômicas deviam enfrentar uma situação na qual as disposições a adotar a saída da conversibilidade iam ter conseqüências para milhões de pessoas. Em efeito: alguma decisão de peso era imprescindível em um país cujo sistema financeiro, por distintas razões, incluindo operações de fugas de capitais-, carecia de dólares necessários para devolver os depósitos dos poupadores. Pressionado por todos os setores, o governo através de seu ministro da Economia, Jorge Remes Lenicov, pos em marcha a princípios de fevereiro uma pesificação assimétrica, acompanhada por uma desvalorização inicial de 40%.”

³²

Deste modo seriam favorecidos os devedores, como empresas particulares, devedores hipotecários, que pesificavam suas dívidas em dólares sem limite de montante mantendo 1 pra 1, enquanto que os credores receberiam 1,40 pesos por cada dólar depositado. Isso representaria o fim do Plano de Conversibilidade, que foi decretado no dia 3 de janeiro de 2002. A partir daí, o câmbio passou a ser flexível e houve a liberação de grande parte dos salários do *corralito*. Apesar disso, o conflito continuou e o valor do dólar chegou a ultrapassar 4 pesos argentinos, e toda a população

³¹ LAUAR, Vinicius Gontijo e CUNHA, Patricia Helena. A Recuperação da Economia Argentina: origens, dinâmica e desafios. Disponível em [http:// www.sep.org.br](http://www.sep.org.br). Acessado em 13/05/2008.

³² PRIVITELLIO., SABORIDO., 2006.

que possuía dinheiro nas mãos, já que seguiam as restrições para a retirada de dinheiro das contas correntes, fugia da moeda nacional.

A tensão social culminou quando uma operação policial feita na Ponte Pueyrredón acabou com a morte de dois militares piqueteiros, Darío Santillán e Maximiliano Kosteki. Com isso, as eleições de 2003 foram adiantadas, e deixava mais do que claro a inviabilidade de Duhalde apresentar-se a eleições futuras.

O governo havia iniciado negociações com o FMI para tentar superar a situação da suspensão de pagamentos. Esta instituição para ajudar o país na sua desesperada situação, exigia diversos fatores e apresentava-se intransigente em relação a eles.

Este ano trouxe boas notícias, em que houve uma boa recuperação econômica, causada por um mercado interno favorecido pelo aumento do dólar e conseqüente substituição de importações. Agregava-se a isso o aumento dos preços dos produtos exportados pela Argentina, como a soja, por exemplo. Roberto Lavagna foi declarado ministro da economia, substituído por Remes Lenicov que havia renunciado, e foi durante esse período que começou a aparecer uma suave estabilização econômica.

A falta de acordo com o FMI levou o país a não honrar também os seus compromissos com os organismos internacionais. A justificativa de Duhalde perante esse acontecimento era: “se não pagamos entramos em default e se pagamos, ficamos sem reservas”.

Enquanto a população continuava a demonstrar sua insatisfação, os políticos estavam se preparando para as eleições, no dia 27 de abril de 2003. Havia controvérsias no Partido Justicialista, as quais reproduziram as piores práticas repudiadas pela população no que se refere aos políticos, as eleições não puderam ser realizadas internamente, sendo assim formara-se três frentes peronistas: a Frente pela Vitória, que tinha como candidatos Néstor Kirchner, governador de Santa Cruz, e Daniel Scioli, ministro do Turismo de Duhalde; Frente pela Lealdade, composto pelo ex- presidente Menem e o governados de Salta, Julio Romero, e o Movimento Nacional e Popular, integrado pelo governador de São Luis, Adolfo Rodríguez Sáa, e o ex-dirigente radical Melchor Posse.

Diante dessas candidaturas de mesma origem, apresentavam-se ARI (Aliança pela Renovação Institucional), que seria encabeçada por idéias de centro-esquerda, contando com a representação de Elisa Carrío, ex-dirigente radical, como candidata a presidenta; Ricardo López Murphy, ex-ministro de Fernando De la Rúa, do Recriar, representando idéias de direita, e a União Cívica Radical, com o candidato Leopoldo Moreau.

As pesquisas que mostravam oscilações constantes da opinião pública, terminaram por indicar Menem-Romero com 23,9% dos votos e Kirchner-Scioli com 21,9% a um segundo turno. Porém as pesquisas apontavam para uma brutal derrota do ex-presidente, indicando 80% da população a favor de Kirchner, sendo assim, Menem desiste de se apresentar e conseqüentemente sobe ao poder Néstor Kirchner, representando pela primeira vez a presidência da Nação.

CAPÍTULO 4 – O GOVERNO ARGENTINO E O FMI

Este capítulo trata da instituição internacional, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional, que teve um papel significativo ao longo da década de 1990, sendo de extrema relevância entender sua influência na crise argentina. Além disso, será explicitado o papel do governo na participação desta mesma.

4.1 FMI: sua influência e críticas

A grande questão em relação ao papel desempenhado pelo FMI ao longo da década de 1990 é se sua influência representou cooperação ou conflito nas políticas adotadas nessa época.

De acordo com o Fundo, o regime cambial, a política fiscal, a sustentabilidade da dívida pública e a estagnação do esforço das reformas eram os principais problemas que afligiam o país. Caberia à Argentina tomar medidas necessárias às reformas econômicas, enquanto que o papel do FMI, segundo Stiglitz seria:

*“O FMI desempenha um papel diferente na ajuda internacional. É dever dele examinar a situação macroeconômica de cada beneficiado e assegurar-se de que o país em questão esteja vivendo de acordo com suas possibilidades. Se não estiver, certamente haverá problemas mais para frente. A curto prazo, um país pode viver além de seus meios por intermédio de empréstimos, mas, no final, chega o dia do ajuste de contas e surge uma crise. O FMI se preocupa particularmente com a inflação. As nações cujos governos gastam mais do que arrecadam em impostos e em ajuda externa em geral t’em de se defrontar com a inflação, principalmente se financiarem seus déficits emitindo moeda. Se um país não puder apresentar um número mínimo de parâmetros, o FMI suspende a ajuda e, geralmente quando o faz, outros doadores também o fazem. É compreensível porque o Banco Mundial e o FMI não emprestam dinheiro a nações que não contem com uma boa estrutura macroeconômica estabelecida.”*³³

De uma maneira geral, pode-se dizer que o Fundo apoiou as políticas adotadas pela Argentina na década de 1990, tanto por meio de suas idéias como também de seu apoio financeiro. O FMI não obrigou em momento algum o país a implementar qualquer tipo de reforma que não fosse de consentimento do próprio governo. O Plano de Conversibilidade foi gerado pelo Governo argentino, e muitos dos próprios

³³ STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios. A promessa não cumprida de benefícios globais*. São Paulo, Editora Futura, 2002.

economistas do FMI mostraram-se descrentes em relação a ele. Essa situação somente se inverteu após o efeito tequila, quando o organismo internacional mostrou-se então favorável às idéias do Plano.

O regime de câmbio fixo vigente na década de 1990, não foi o único responsável pelos choques no fim desse período. O “Currency Board” constituiu um entrave à economia, especialmente porque as autoridades o fizeram representar um papel supressivo de início e não um instrumento de câmbio.

Conforme dito anteriormente, o FMI a princípio não apoiava o Plano de Conversibilidade, porém quando foi adotado e acompanhado de reformas estruturais pelo Governo argentino, este passou a apoiá-lo e inclusive enaltecer as políticas vigentes. Após a crise mexicana, o Fundo elogiou publicamente a maneira como as economias emergentes souberam tirar vantagem da crise para avigorar o sistema bancário, especificamente os bancos das províncias. Ainda no ano de 1999 manteve seu incentivo ao Plano de Conversibilidade, alegando ser um instrumento admirável a seu crescimento sustentável.

Não foi unicamente o Plano de Convertibilidade que não contou com o respaldo do Fundo a princípio, muitas outras políticas foram seguidas pelo Governo argentino sem a concordância do FMI. De acordo com Thomaz Dawson, Diretor das Relações Externas do FMI, em maio de 2002, afirma que *“quando as autoridades, sem nos terem consultado, instituíram o déficit-zero, indicamos que seria excessivo. Nós aconselhamos o Governo que as políticas deveriam ser relaxadas, não apertadas”* (Cibilis et al 2002:19). Havia divergência em relação às opiniões dentro do próprio FMI sobre o déficit-zero.

Segundo Mussa, Conselheiro Econômico e Diretor do Departamento de Pesquisa do FMI de 1991 a 2001, os dois maiores equívocos do FMI em relação à Argentina foram o fato deste não ter pressionado as autoridades argentinas a efetuarem uma política orçamental mais viável e terem concedido apoio financeiro adicional durante o ano de 2001. Esta opinião é compartilhada por Perry e Servén que admitem que: *“há úteis lições a tirar do debate Argentino. Também nós, nas instituições financeiras internacionais, devemos admitir que fomos lentos tanto na compreensão da profundidade de certos problemas como na forma como reagimos a eles”* (Perry et al, 2002: 6).

De acordo com Stiglitz, um dos maiores erros que levaram o país a essa crise, está na maneira que foram impostas às leis de cunho liberal, por meio do Consenso de Washington e sobre comando do FMI. Segundo o Prêmio Nobel de Economia em 2001, não houve uma minuciosa análise das condições econômicas do país, antes da

implementação das idéias liberais, ou seja, elas foram adotadas por uma simples simpatia em relação a elas, em detrimento de uma aversão à intervenção do Estado na economia.

Portanto, minimizam o efeito das falhas de mercado e exageram as conseqüências das falhas de Governo. Para ele, a crença na superioridade do mercado surge em muitos casos como uma forma de religião, válida mesmo nas condições das mais fortes evidências em contrário.

Como conseqüência dessa visão de mundo, o FMI desistiu de sua missão original, guiada em princípios *keynesianos*, de amparar os países a sustentar pleno emprego enquanto fizessem os ajustes necessários na Balança de Pagamentos. Ao contrário, as políticas indicadas levam a um imenso e desnecessário aumento do desemprego. Tais políticas, não seriam conseqüências de um desprezo pela questão do emprego, mas pela visão equivocada de que simplesmente permitindo que os mercados funcionem esse problema seria equacionado sem qualquer intervenção do Governo.

As políticas recomendadas pelo FMI na Argentina, acabaram por criar sérias barreiras ao crescimento sustentado, não porque pretendam impedir o desenvolvimento econômico sob sua tutela, mas porque acreditaram que livre mercado seria suficiente para garantir o crescimento.

Dessa maneira as principais políticas recomendadas pelo FMI e criticadas por Stiglitz eram: a austeridade fiscal, elevadas taxas de juros, a liberalização comercial e dos mercados de capitais e as privatizações.

No período de 1991 até a época da crise mexicana, a política orçamental não era o principal foco de preocupação do Fundo. Isso acontecia porque os fundos provenientes das privatizações financiavam em parte o déficit primário, além do que o nível da dívida pública não era expressivo. O grande tema de preocupação girava em torno da taxa de câmbio, que em termos reais, estava sobreavaliada, e na provável redução dos fluxos de capital que financiavam o déficit da conta corrente, capaz de ocasionar uma crise cambial.

Porém era conhecida a importância de se tomar uma posição rumo a um orçamento mais sustentável, porém o governo argentino não foi capaz de fortalecer as suas contas públicas, já que não dispunha de capacidade ou vontade política de conferir disciplina às províncias. De acordo com o Departamento de Revisão de Políticas de Desenvolvimento, as maiores omissões do Fundo apresentam-se na área fiscal ao indultarem os deslizes aos objetivos pré-estabelecidos.

Os programas do FMI centravam-se exorbitantemente nos déficits orçamentais. O endividamento externo tardou a ser descoberto, tanto pelo Fundo como também pelas instituições financeiras internacionais. O fato da relação dívida externa/exportações ter ascendido em 1999, e grande parte das receitas de exportações terem sido empregadas para pagar os juros da dívida externa deveria ter representado um alerta da situação que se encaminhava rumo a desequilíbrios no Balanço de Pagamentos.

O Fundo não previu a urgência que tinha o país em reestruturar sua dívida. Esta era tida como que consistente com cenários otimistas. Sendo assim o Departamento de Revisão e Desenvolvimento de Políticas aponta uma nova falha do FMI, desta vez em relação a uma visão excessivamente otimista que tinha o FMI a respeito das perspectivas de crescimento da Argentina. O que levava a essa confiabilidade do Fundo no que se refere à potencialidade do país, era o grande aumento de produtividade do trabalho e a surpreendente maneira como se comportou após a crise mexicana em 1994 a Argentina.

Em câmbio umas das maiores apreensões do FMI quanto às políticas abraçadas pelo país foram declaradas em 1998 referentes ao setor externo: O aumento dos déficits da conta corrente e a vulnerabilidade do país a mudanças nos mercados financeiros internacionais. Para isso, o Fundo sugeria uma maior diversificação dos mercados de exportação. Os investidores estrangeiros analisavam a conta corrente como uma fonte de vulnerabilidade, especificamente o grande volume de transações entre a Argentina e o Brasil, o qual constituía um risco se algum incidente incidisse no Brasil.

Um dos fatores considerados determinantes do país em desconsiderar os alertas do FMI em relação ao crescimento da dívida foi a grande expectativa e euforia criadas em torno do Presidente Menem, que fizeram com que a Argentina ignorasse qualquer advertência do Fundo.

4.2 A reestruturação no ponto de vista do FMI

Distintamente dos demais países ajudados pelo Fundo, como os asiáticos, os programas elaborados para a Argentina eram pouco condicionais, sendo que somente o SBA de 1991 continha condicionalidades quanto à reforma dos impostos e segurança social.

Um dos pontos mais débeis da economia argentina, era a inflexibilidade do mercado de trabalho, sendo que este não era citado pelo Fundo. Embora assumisse a importância da legislação sobre o mercado de trabalho no SBA de 1996, não fazia menção alguma sobre suas condicionalidades.

No ano de 2001, Standley Fischer que neste ano era “First Deputy Managing Director”, assinalava rigorosamente a quebra da confiança, tanto de investidores como de consumidores, e o constante avanço das dificuldades de financiamento nos mercados internacionais que decorreram em maiores custos de endividamento e reduzido ingresso aos investidores argentinos.

Apesar de muitas vezes os funcionários do Fundo discordarem entre si sobre certas políticas, em relação às causas da crise argentina, pareciam não divergir. Era dito que o país não tinha capacidade suficiente para sustentar e manter um regime de *currency board*. Somava-se a isso a ausência de um orçamento organizado e disciplinado além também de um excessivo endividamento externo. Tudo isso levava o país a não quitar seus compromissos e a uma conseqüente depressão econômica. Pode-se dizer assim, que do mesmo modo que o Fundo_sobreestimou a potencialidade do crescimento do país, subestimou suas debilidades.

Da mesma maneira, os funcionários do FMI concordam que a moeda deveria ter passado de um câmbio fixo para flutuante antes de 1998, ou ainda o governo poderia ter recorrido a uma desvalorização, dentro da esfera do Plano de Conversibilidade.

O Fundo alega que o apoio concedido à Argentina durante o período de pré-crise, deve ser visto como a alternativa restante. Assim, entre os acionistas do FMI, havia o temor que as políticas pudessem se arruinar na falta do comando deste. Com a economia em recessão a ausência do apoio do Fundo, representaria a precipitação de uma crise que indesejável tanto pelo FMI quanto pelo Governo. No ano de 2001 o Fundo decidiu continuar cooperando com o financiamento, objetivando o cumprimento de seus compromissos, o ressurgimento da confiança e desenvolvimento, ou seja, incentivar as autoridades a se redimirem. Contudo, neste momento o FMI assume que sua implicação num país deveria basear-se não no custo requerido para a ajuda dessas economias, mas sim na qualidade das políticas que seriam levadas a cabo.

Mesmo que não eram indicadas ou consentidas pelo Fundo, este acabava por apoiá-las, uma vez que os fundos demandados para torná-las efetivas eram provenientes do FMI. Dessa maneira, o Fundo não pode ser considerado apenas um espectador, isento da culpa de tudo que ocorreu indesejadamente.

O Governo por sua parte, era culpado não somente de não cumprir com suas metas quantificáveis, mas também de delongar os compromissos adotados. Segundo Allen (2003:143), “*se o Fundo é alvo de críticas, neste contexto, a maior crítica é não ter feito a sua assistência, condicional da implementação das políticas*”. O próprio Fundo confessa : “*a experiência argentina leva a que o Fundo tenha que repensar as suas funções, tanto em tempos normais como no contexto duma crise*” (FMI, 2003i:71).

O atual diretor do FMI divide a responsabilidade entre o Governo argentino e o FMI. Ele aponta no ano de 2001 para a falta de coesão política entre os integrantes da política. Quanto ao que tange o FMI, afirma que este deveria ter atentado mais à rigidez das instituições argentinas e aos seus valores sociais.

4.3 O governo argentino: sua influência e críticas

Segundo com Duhalde, o modelo neoliberal ficou esgotado desde 1996 e tinha que ter sido aprimorado. Já de acordo com o ex-governador do Banco Central, Pedro Pou, o grande problema não seria o esgotamento do modelo, mas sim o fato das reformas não terem sido realizadas da maneira que deveriam, já que ficaram inacabadas. Pou, ex-presidente do BCRA de 1996 a 2001, acrescentava que:

“A Argentina efetuou reformas fundamentais que incluíram a consolidação das instituições fiscais e monetárias, a abertura da economia, a privatização das empresas públicas que aumentaram a eficiência e reduziram a corrupção estrutural, a eliminação da maioria das regulamentações que impediam o investimento no setor privado, a transformação dos sistemas de pensões e a consolidação do sistema bancário. Contudo, refere que não foram efetuadas todas as reformas necessárias, nomeadamente uma reforma do sistema judicial que originasse um maior cumprimento da lei e dos direitos de propriedade e uma maior flexibilidade laboral, em particular no setor público.”³⁴

Da mesma maneira, o ex-ministro da Economia Domingos Cavallo, concorda que as reformas ficaram inacabadas, como a do trabalho e segurança social, e assim impossibilitaram um crescimento do produto sem aumentos de desemprego e pobreza. Cavallo acrescenta ainda que a não execução dessas reformas foi uma questão política, já que o modelo neoliberal passou a ser protestado por grupos de pressão, acusando-o como responsável do desemprego e da pobreza.

Já de acordo com o ex-governador do BC, Mario Blejer, a questão não é somente política, mas também a consequência de uma debilidade institucional que evitava o desenvolvimento e funcionamento de reformas estruturais que possibilitariam incorporar flexibilidade ao sistema.

Apesar do Plano de Conversibilidade ser um dos principais alvos dos críticos, representava a resistência aos choques externos de acordo com Pou, que também

³⁴ Pou, 2002

defende a paridade 1 para 1, alegando que numa economia fechada e dolarizada, como era o caso da Argentina, a estabilidade dos preços representava o seu maior benefício.

Contrariamente, Cavallo acreditava que o peso deveria ter começado a flutuar em 1997, no momento em que a economia apresentava uma melhora. De acordo com o ex-ministro:

*“O Plano de Convertibilidade estabelecia um teto para o câmbio do peso/dólar, mas não um limite mínimo. Assim, o peso poderia ter flutuado e sofrido uma apreciação nas alturas de grandes fluxos de capital para a Argentina. Esta característica criaria um mecanismo de saída ao regime fixo sem contudo se abandonar a convertibilidade”.*³⁵

Outro ponto citado por Cavallo, é a recessão iniciada em 1998, que teve como procedência o déficit orçamental ocasionado pela expressiva expansão de gastos feitos pelas províncias e financiados pelos bancos locais. Isto acabou por restringir o crédito ao setor privado. A recessão foi agravada com a desvalorização do real em 1999 e a depreciação sustentada do Euro entre 1999 e meados de 2001. Um fator agravante a isso, foi o processo deflacionário decorrente.

Uma alternativa para suavizar o impacto destes choques seria a adoção em 1999 de uma ancoragem Dólar-Euro, o que não foi efetivado, da mesma maneira que não foi implementado o regime de câmbio flutuante a meados de 1997. Fica clara aí a nítida falta de concretização de inúmeras reformas, que somadas uma a uma levaram a mostrar as falhas do sistema.

Em agosto de 2000, Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil, também deu sua contribuição a respeito do default argentino. Disse à imprensa que não era possível deixar a Argentina em crise sem dar a ela condições de sobrevivência. E, aludindo ao FMI e ao governo dos EUA, acrescentou: “A Argentina fez tudo o que pediram. Agora vai ser punida?”. A Argentina foi punida exatamente porque quase todos os seus governos, desde a queda de Juan Perón em 1955, fizeram sempre tudo o que o FMI e o Departamento do Tesouro norte-americano determinaram embora a *currency board* (vinculação do peso ao dólar) fosse uma decisão da dupla Carlos Menem - Domingo Cavallo, porém aplaudida em Washington.

De fato, a catástrofe argentina resultou de políticas econômicas aplicadas na Argentina com o selo - “*made in Washington*”. Dessa maneira não se pode apontar um único culpado para esse fim, mas aclarar que foi um conjunto de razões que levaram à

³⁵ Cavallo *et al* 2002:2.

quebra do país, protagonizadas por políticas econômicas, concordadas pelo Governo argentino e o FMI.

CONCLUSÃO

Buscamos demonstrar nesta monografia o grau de influência das idéias neoliberais na crise de 2001 na Argentina. Essas idéias que não somente foram implementadas na Argentina, mas também em diversos países emergentes, foram o foco da década de 1990, marcada por uma série de transformações, baseadas nas idéias do chamado Consenso de Washington.

Na década de 1980 a economia sofreu uma hiperinflação e já no ano de 1991, o presidente Menem, juntamente com seu ministro Cavallo, fixou uma paridade de 1 peso para 1 dólar, o chamado Plano de Conversibilidade. Essa paridade significava que a qualquer momento poderia trocar-se um peso argentino por um dólar.

Inicialmente a economia reagiu bem. A equivalência ao dólar teve um impacto positivo sobre os investidores, e sobre o comportamento da população e suas expectativas. A inflação caiu drasticamente e a performance econômica melhorou. A economia argentina prosperou até o ano de 1995, quando o país entrou em uma recessão devido ao contágio (difusão de incerteza econômica de um país para outro) da crise econômica do México, também conhecida como efeito tequila. Durante o processo de recuperação da economia argentina, o país enfrentou outra crise de contaminação em 1997, quando diversos países asiáticos – conhecidos como Tigres Asiáticos - sofreram perturbação econômica. Em 1998 foi à vez da crise da Rússia.

Enquanto esses países emergentes sofriam colapsos financeiros, a confiança de investidores em outros países emergentes (como o Brasil e a Argentina) diminuía. Investidores se tornaram menos dispostos a investir dinheiro nestes países. Para piorar a situação argentina, em janeiro de 1999, o Brasil desvalorizou o real. Desta vez a Argentina acabou sendo fortemente atingida.

A Argentina insistiu em manter seu “*Currency board*”, mesmo que outros mercados emergentes, incluindo o Brasil, tivessem desvalorizado significativamente suas moedas. Sendo assim, os produtos argentinos tornaram-se mais caros em termos de dólares e menos competitivos que os produtos de outros países emergentes. Por outro lado, as importações na Argentina tornaram-se relativamente baratas, danificando as indústrias locais.

Questões vêm sendo levantadas se a escolha em 1991 foi correta; as opiniões entre economistas estão divididas. O “*Currency Board*” controlou realmente a hiperinflação argentina em seus anos iniciais. Porém, alguns economistas acreditam que a escolha de fixar o peso ao dólar foi inapropriada.

A economia argentina não possui o que é dado pelos economistas como características necessárias ao optar por um “*Currency Board*” ou dolarização. Talvez a resposta seja que o país simplesmente permaneceu muito tempo sob tal regime, insistiu neste, mesmo quando o regime se tornou desapropriado à sua necessidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEJANDRO, C. F. D. *Ensayos sobre la historia económica argentina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1975.

ANDERSON, Perry. *Pós-Neoliberalismo*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1995.

AYERBE, Luis Fernando; PACHECO, Carlos Américo; FERRER, Aldo. *O choque econômico e a transição democrática: Brasil e Argentina*. São Paulo: Vertice, 1986.

BOYER, Robert. NEFFA, Julio C. *La economía argentina y su crisis (1976-2001) visiones institucionalistas y regulacionistas*. Argentina, 2004.

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Disponível em <http://www.cepal.com.br> . Acessado em abril e maio de 2008.

EDITOR, Z. Editor. *História contemporânea da Argentina*. Argentina, Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2005.

FAUSTO E DEVOTO. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FERRER, Aldo. *A economia argentina: de suas origens ao início do século XXI*. Tradução: S. Duarte. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GUISSARRI, Adrián. *La argentina informal: realidad de la vida económica*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1989.

HEYMANN, D. *La Argentina de los noventa, desempeño económico en un contexto de reformas*. Buenos Aires: CEPAL- Eudeba, 2 tomos, 2000.

MARTINS, José. *O último tango do FMI*. Em Crítica Semanal da Economia do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio. Disponível em <http://www.cale.ufsc.br/criticas/2005mar2.rtf>.

MUSSA, M. *Argentina y el FMI: del triunfo a la tragedia*. Buenos Aires, WP Publications, 2002.

OLIVEIRA, Giuliano Contendo de. *Liberalização, desregulamentação e currency board, a experiência argentina na década de 1990*. Curitiba: Revista FAE , 2003, v. 6, n.2.

PALERMO, V. *Política y poder en el gobierno de Menem*. Buenos Aires, Norma, 2006.

PENÃ, Felix. *La Argentina y el Brasil hoy: una alianza s3lida, una coyuntura dif3cil, y una agenda externa de desaf3os y oportunidades*. Disponible en <http://www.felixpena.com.ar>. Consultado en mayo de 2008.

PRIVITELLIO, L., SABORIDO, J. *Breve historia de la Argentina*. Madrid, 2006

ROFMAN, Alejandro. *Convertibilidad y desocupaci3n en la Argentina de los 90*. Buenos Aires. Argentina: Eudeba-Centro de Estudios Avanzados, UBA, 1997.

STIGLITZ, Joseph E. *El malestar en la globalizaci3n*. Buenos Aires, 2002.